

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

ADRIANA ALVES MORAES DE SOUZA

**O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM CRÔNICAS DE FERNÃO
LOPES**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**São Paulo
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ADRIANA ALVES MORAES DE SOUZA

**O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM CRÔNICAS DE FERNÃO
LOPES**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

**Orientadora: Professora Doutora
Leonor Lopes Fávero**

**São Paulo
2010**

BANCA EXAMINADORA

Esta dissertação é dedicada aos meus filhos, Gustavo e Fernando, pelo silêncio nos momentos de necessidade e pela compreensão quando precisei negligenciar meu papel de mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a quem eu sempre recorri em todos os momentos importantes de minha vida.

Em especial, aos meus queridos pais, Lázara Maria Alves Moraes de Souza e Milton Nunes de Souza, que sempre me apoiaram e incentivaram na concretização dos meus sonhos.

Aos meus irmãos Renata e Bruno que sempre estiveram presentes nos momentos difíceis de minha vida.

Ao meu querido companheiro Marlon, pela ajuda, paciência e pelo tão precioso apoio que me dispensou durante essa trajetória.

À professora doutora Leonor Lopes Fávero, pela orientação e, sobretudo, pelo apoio nas horas mais difíceis.

Às professoras doutoras Regina Célia Pagliuchi da Silveira e Jeni Silva Turazza pelos valiosos ensinamentos.

Às professoras doutoras Vanda Maria da Silva Elias e Maria Adélia Ferreira Mauro, que fizeram parte de minha banca de qualificação, pelas enriquecedoras contribuições para este trabalho.

Às minhas amigas Tereza Cristina Nascimento, Lucia Helena Ferreira Lopes e Maria José Nelo pelas valiosas contribuições.

À Lourdes, pela disposição em sempre ajudar.

À FAPEMIG, pela concessão da bolsa de mestrado.

A todos os amigos que contribuíram, em maior ou menor grau, para a realização desse trabalho.

A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido. Não na vitória propriamente dita (MAHATMA GANDHI).

RESUMO

Nesta dissertação, temos por tema o processo de referenciação e por objetivo analisar os processos anafóricos – diretos e indiretos – para a (re)construção dos objetos de discurso e destes para o sentido do texto, em crônicas produzidas na Idade Média por Fernão Lopes. A pesquisa, sob o ponto de vista da Linguística Textual, justifica-se pela relevância do tema, principalmente dada a falta de trabalhos em torno desse gênero textual, que circulava na Idade Média. Tendo-se em vista o objetivo da pesquisa, selecionamos duas crônicas de Fernão Lopes, tendo como tema o romance entre D. Pedro I e Inês de Castro, em que foram analisadas as anáforas diretas e indiretas empregadas na construção dos objetos de discurso, para a compreensão do texto como um todo, já que tais objetos são construídos a partir de um determinado contexto histórico. Os resultados indicam que Fernão Lopes, em suas crônicas, após a introdução dos referentes, mantém-nos ressaltados predominantemente por meio de pronominalizações, repetições, expressões nominais definidas e elipses, garantindo a progressão do texto e a coerência textual. As anáforas indiretas e associativas são utilizadas com menor frequência.

Palavras-chave: referenciação, anáfora diretas e indiretas, Fernão Lopes.

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the process of referentiality and the objective of analyzing the direct and indirect anaphoric processes for the (re) construction of discourse objects and of these to the meaning of the text, in chronicles produced in the Middle Ages by Fernão Lopes. The research, under the viewpoint of Textual Linguistics, justifies itself through the relevance of the theme, mainly due to a lack of works of this textual sort, which circulated during the Middle Ages. Keeping the objective of the research in mind, two of Fernão Lopes' chronicles were chosen, having as their theme the romance between D. Pedro I and Inês de Castro, in which the direct and indirect anaphoras used in the construction of the discourse objects were analyzed, for the understanding of the text as a whole, seeing that such objects are built from a determined historical context. The results indicate that Fernão Lopes, in his chronicles, after having introduced the references, keeps us bound predominately by using pronominalizations, repetitions, defined nominal expressions and ellipses, ensuring the flow of the text and the textual coherence. Indirect and associative anaphoras are used with less frequency.

Key words: referentiality, direct and indirect anaphoras, Fernão Lopes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	15
1 REFERENCIAÇÃO	15
1.1 Linguagem e Texto	15
1.2 Referenciação	18
1.2.1 Construção e reconstrução dos objetos-de-discurso	23
1.3 Coerência	26
1.4 Coesão	28
1.4.1 Anáfora	36
1.4.2 Anáfora direta	37
1.4.3 Anáfora indireta	42
CAPÍTULO II	48
2 A CRÔNICA	48
2.1 Crônica Medieval	48
2.2 Fernão Lopes: O Cronista	54
CAPÍTULO III	48
3 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	59
3.1 Texto 1	59
3.2 Texto 2	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

Esta dissertação resulta de uma investigação que se situa na linha de pesquisa Texto e Discurso nas Modalidades Oral e Escrita, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O objeto de estudo deste trabalho são os processos anafóricos – diretos e indiretos - de referência, em crônicas medievais de Fernão Lopes, produzidas na Península Ibérica. O ponto de ancoragem e de partida para a análise dos *corpora* selecionados são os pressupostos teóricos da vertente sociointeracionista da Linguística Textual.

Essa abordagem surgiu no final do século XX e imprimiu novos direcionamentos às pesquisas efetivadas no âmbito da Linguística Textual. Por isso, sem a pretensão de esgotar o tema, apresenta-se, inicialmente, uma visão panorâmica das diferentes etapas pelas quais a Linguística Textual passou, considerando-se os enfoques teóricos e as diversas perspectivas que embasaram o estudo do texto.

Segundo Bentes (2001), ao analisar-se a trajetória histórica percorrida pela Linguística Textual, percebem-se três momentos distintos, caracterizados por preocupações teóricas significativamente diferentes. A autora explica que “houve uma gradual ampliação do objeto de análise da Linguística Textual” (op.cit., p. 246).

Inicialmente, predominou o interesse pela análise transfrástica, cujo propósito era analisar as regularidades que vão além dos limites da frase, já que até então os estudos linguísticos não ultrapassavam tais limites. Sendo assim, certos fenômenos - como a co-referência (anáfora), a correlação de tempos verbais, o uso dos conectivos - não eram explicados. Este momento caracteriza-se pelo objetivo de se “estudar os tipos de relação que se podem estabelecer entre os diversos enunciados que compõem uma sequência significativa”. (FÁVERO; KOCH, 1988, p. 13)

Na década de 70, a premissa de que o texto seria apenas a unidade linguística superior à sentença desencadeou o interesse pela construção de

gramáticas textuais. Essas gramáticas pretendiam “descrever categorias e regras de combinação da entidade T (texto) em L (determinada língua)” (KOCH, 2006, p. 5) e tinham como objetivo, segundo Fávero e Koch (1988), verificar o que faz com que um texto seja um texto; levantar critérios para delimitação de textos e diferenciar as várias espécies de textos.

No final da década de 70, o termo *textualidade* sobrepõe-se ao *gramática de texto*; as teorias passam a considerar o texto no seu contexto – este entendido como as condições de produção, de recepção e de interpretação do texto. Nessa fase, levam-se em consideração os aspectos cognitivos e sociais do indivíduo, já que ele não está dissociado do meio social em que vive nem, tampouco, de sua cultura. Surgem teorias que ora enfocam os modelos contextuais, ora os comunicativos, e que buscam conexões determinadas por regras, “entre textos e seu contexto comunicativo situacional, mas tendo sempre o texto como ponto de partida dessa representação” (KOCH, 2006, p. 13). Assim, a Linguística Textual focaliza a língua em funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade real.

Os estudos do texto trazem, na década de 80, o interesse pelas operações de ordem cognitiva – a abordagem procedimental. Nessa perspectiva, os interlocutores de uma situação comunicativa possuem conhecimentos, armazenados na memória, acerca dos diversos tipos de atividades sociais. Esses conhecimentos são concebidos como modelos mentais de operações e de tipos de operações, os quais são empregados em processos de ordem cognitiva para que se possa realizar uma ação. Dessa maneira, as teorias cognitivas norteiam a concepção de texto como o resultado de processos mentais.

Marcuschi (2007, p. 62) afirma que “Hoje entra com alguma força na cena teórica das investigações sobre cognição a ideia de situar o foco mais nas atividades de construção do conhecimento e menos nas atividades de processamento, [...], quando se considerava a cognição no nível do indivíduo”. Percebe-se, nesse sentido, a concepção de texto como o lugar da interação; de interlocutores como sujeitos ativos que se constroem e são construídos, dialogicamente, no texto. A Linguística Textual insere-se, então, em uma perspectiva sociocognitivo-interacionista. Koch (2006, p. 32) explica que:

Dentro desta concepção, amplia-se, mais uma vez, a noção de contexto, [...] quando das análises transfrásticas, o contexto era visto apenas como contexto (segmentos textuais precedentes e subsequentes ao fenômeno em estudo), tendo, quando da introdução da pragmática, passado a abranger primeiramente a situação comunicativa e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos cognitivos, ele passa a constituir agora a própria interação e seus sujeitos [...]

Portanto, nota-se o interesse pela interação, pelo dialogismo; a construção de sentido do texto não é individual, mas é resultado da interação entre os interlocutores empíricos e as ideias que eles têm de si, do outro e do meio em que estão inseridos.

Dentre os diversos aspectos textuais estudados pela referida linha de pesquisa encontra-se a referenciação. Mondada e Dubois (2003) afirmam que a referência diz respeito a uma relação entre as práticas sociocognitivas e discursivas que constroem os objetos do discurso. Assim, o sujeito como ser ativo e interativo, em suas relações com o mundo e consigo mesmo, é capaz de transformar a si e ao outro. O modo como se vê e se refere ao mundo não é estanque, inflexível e imutável, mas se mantém em constante processo de transformação por meio das práticas sociodiscursivas.

Conforme explica Cavalcante (2005, p. 127), “o termo referência engloba não somente o fenômeno da anáfora, mas também o da introdução referencial, o que nos leva a ratificar que referência e anáfora não se superpõem completamente”. Entendem-se os referentes como uma instância da referencialidade inerentemente instável, efêmera e indeterminada, a qual desencadeia os processos de introdução referencial e de anáfora.

Para Marcuschi (2004, apud CAVALCANTE, 2005, p. 125) é relevante analisar os processos envolvidos “na atividade de referenciação em que a língua está envolvida”, considerando-se os sujeitos sociocognitivos responsáveis pelos sentidos construídos nas diversas situações de interação. Nas atividades de referenciação inserem-se as anáforas.

De acordo com o arcabouço teórico empregado nesta investigação, o processo de referenciação pode guiar o escritor/ leitor na produção e compreensão do que se lê/escreve. Como exposto anteriormente, a referência engloba as

anáforas. Assim, a pergunta norteadora desta pesquisa é: como os processos anafóricos – diretos e indiretos – de referência se estabelecem e como orientam o leitor na construção de sentidos de textos históricos?

A partir de prévia análise do *corpus*, construiu-se a hipótese de que as anáforas - diretas ou indiretas –, ao reativarem os referentes prévios, mantendo o mesmo valor semântico entre o anafórico e o antecedente; ou, ao ancorarem em elementos textuais, preponderantes para a interpretação, com os quais se relacionam, colaboram para que se construa um objeto discursivo situado em um momento histórico, a partir da percepção do autor.

Para responder à questão proposta, buscou-se estudar e compreender os postulados sobre as anáforas diretas e indiretas no processo de referência, em crônicas medievais, de Fernão Lopes. Esse objetivo geral orientou a construção dos seguintes objetivos específicos:

- buscar compreender, por meio de pesquisas bibliográficas, os conceitos propostos para os estudos das anáforas.

- construir, por meio de uma revisão histórica, o surgimento e o desenvolvimento das crônicas medievais, mais especificamente aquelas que se desenvolveram na Península Ibérica.

- investigar a produção literária de Fernão Lopes.

- analisar, em duas crônicas de Fernão Lopes, o papel das anáforas para a (re)construção dos objetos de discurso e destes para o sentido do texto.

Para estudar o processo de referência, é necessário que se estabeleça como unidade de estudo o texto. A fim de delimitar o universo deste estudo, foram escolhidas crônicas pertencentes à Idade Média, por serem pouco analisadas sob o ponto de vista da linguística textual. A análise limitou-se a duas crônicas de Fernão Lopes, em função do escopo que esta investigação deve abranger. A escolha do autor dos textos considerou o fato de Fernão Lopes ter sido o primeiro cronista no reino de Portugal. Sendo assim, julgou-se ser relevante compreender os processos

anafóricos empregados na construção dos objetos de discurso para a compreensão do texto como um todo, já que tais objetos são construídos em um determinado contexto histórico. As crônicas selecionadas são as que narram os fatos sobre a vida do rei D. Pedro I, especificamente as que relatam a história amorosa deste com Inês de Castro, fato popularmente conhecido na história portuguesa.

Este estudo se justifica na medida em que as anáforas constroem e reconstroem os objetos de discurso, auxiliando na construção e compreensão do texto como um todo. Portanto, é relevante analisar os processos pelos quais as anáforas se estabelecem, pois, como afirma Cavalcante (2005, p. 144),

há muito mais a desvendar além da linha do horizonte que limita os estudos dos anafóricos [...] há um processo exclusivamente referencial e suas relações com a acessibilidade cognitiva. [...] É imprescindível que se atente para o papel preponderante da atividade do discurso em sua dimensão situacional, social e interacional.

O procedimento adotado para o desenvolvimento da pesquisa foi o teórico analítico. Aliou-se a prática à teoria, obtida por meio de estudos bibliográficos. O conhecimento prévio que se detinha sobre o assunto, ainda que destituído de pesquisas que pudessem comprová-lo, foi fator determinante na escolha tanto do tema quanto dos aspectos a ele relativos que foram focalizados nas investigações empreendidas para a execução deste estudo.

Nessa perspectiva, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, recorrendo-se à literatura relativa, relevante e pertinente ao âmbito das investigações. Posteriormente, foram selecionados os conceitos teóricos condizentes com as propostas e a hipótese de estudo. Por meio dessa revisão bibliográfica, delineou-se o escopo teórico que serviria de embasamento para a realização das análises.

As crônicas selecionadas, *corpus* desta pesquisa, conforme anteriormente exposto, abordam a mesma temática e pertencem ao mesmo autor e época. Esse procedimento pretendeu constituir um material de estudo marcado pela uniformidade do padrão linguístico, de modo a não tornar por demais abrangente o alcance desta pesquisa.

Este estudo, além desta parte introdutória e da conclusão, está organizado em três capítulos, assim estruturados: (i) o primeiro, em que se apresenta a fundamentação teórica sobre referenciação e anáforas; (ii) o segundo, no qual se (re)constrói, por meio de uma perspectiva historiográfica, a gênese da crônica na literatura em língua portuguesa na Idade Média; (iii) o terceiro capítulo, em que se apresenta a análise dos processos anafóricos na (re)construção de sentidos, em duas crônicas de Fernão Lopes.

CAPÍTULO I

1 REFERENCIAÇÃO

Neste capítulo encontra-se construído o arcabouço teórico norteador deste estudo. Portanto, é o resultado de pesquisas bibliográficas na vertente sociointeracionista da Linguística Textual. Nessa perspectiva e de acordo com o referido campo de investigação, relaciona-se, inicialmente, linguagem e texto; posteriormente contempla-se o processo de referenciação, por meio do qual se constroem os objetos de discurso. Esse percurso objetiva entender o papel das anáforas – diretas e indiretas –, concebidas como um dos mecanismos de (re)construção dos objetos de discurso e do sentido do texto. Conforme atestam estudiosos da área, tal sentido é construído na interação, a partir de uma negociação entre os interlocutores, a qual se configura um processo linguístico, cognitivo e pragmático em que a coesão e a coerência se fazem presentes. Sendo assim, discutem-se, ainda, os pressupostos teóricos relativos à coesão e à coerência, sob a ótica sociointeracionista.

1.1 Linguagem e Texto

A linguagem é uma forma de interação comunicativa, por meio da qual os indivíduos interagem em um contexto sócio-histórico ideológico. Assim, o homem tem acesso à participação social e a meios para produzir conhecimentos, para agir, interagir, transformar, compreender e se fazer compreendido, expressar e defender pontos de vistas.

Segundo Koch (2001a, p. 9),

A linguagem humana tem sido concebida, no curso da História, de maneiras bastante diversas, que podem ser sintetizadas em três principais:

- Como representação (“espelho”) do mundo e do pensamento;
- Como instrumento (“ferramenta”) de comunicação;
- Como forma (“lugar”) de interação.

A primeira concepção, linguagem como representação do pensamento, entende que a linguagem é o reflexo do pensamento e do conhecimento que o homem tem do mundo a sua volta, ou seja, é um meio de expressar o que o homem pensa e o que o rodeia. Já a segunda, linguagem como instrumento de comunicação, compreende que a linguagem é apenas um meio de transmitir informações; assim fica restrita a uma função informativa em que os indivíduos parecem não ter relações interacionais. Na terceira concepção, a linguagem já assume um caráter interacional, que faz com que os indivíduos tenham, por meio dela, o poder de informar, atuar, agir, envolver transformar o outro e a si mesmo, pois ela não é um ato monológico, mas um ato interindividual que envolve dois ou mais indivíduos; por isso falamos que a linguagem é um ato social.

A terceira concepção de linguagem é ratificada por Orlandi (1999, p. 17), para quem a linguagem é entendida “como interação, vista esta na perspectiva em que se define a relação necessária entre homem e realidade natural e social”. Nesse sentido, a linguagem tem um caráter histórico social, uma vez que o homem faz seu uso como forma de interação social, de transformação da realidade.

No mesmo sentido, Marcuschi (2008, p. 62) propõe que se entenda a língua “como atividade sócio-histórica, uma atividade cognitiva e atividade sociointerativa”. Segundo o autor, desse modo é possível contemplar a língua em seu aspecto sistemático e também em seu funcionamento social, histórico e cognitivo.

É essa visão de língua que se emprega para o desenvolvimento deste estudo. Entende-se que a linguagem, por ter um caráter interacional, permite ao sujeito construir o mundo a partir de suas impressões, ou seja, de como ele, como ser social e sociável, representa o seu conhecimento – que foi vivenciado e experienciado por processos cognitivos – em relação ao que é representado por ele.

A linguagem é carregada de significações que são compartilhadas por um grupo social e, quando posta em exercício, faz com que o homem signifique e re-

signifique o mundo a sua volta.

Os processos de interação mediados pela linguagem são marcados por relações contextuais. Conforme Marcuschi (2008, p. 87), o contexto situacional deve ser entendido como “a contextualização em sentido amplo, envolvendo desde as condições imediatas até a contextualização cognitiva, os enquadres sociais, culturais, históricos e todos os demais que porventura possam entrar em questão num dado momento do processo discursivo”.

O contexto situacional, portanto, é um dos fatores que direciona a ação de um indivíduo, interferindo no modo de significar e avaliar os conceitos. Logo, a interação é um processo construído pelos indivíduos, do modo como avaliam o mundo que os cerca e com o qual interagem. Essa avaliação pode se modificar a cada nova interação, já que toda interação prevê mudanças, pois as ações são estabelecidas nas inter-relações dentro de um contexto social que se procede no tempo e no espaço.

A unidade fundamental no processo de interação é o texto, pois é ele que possibilita aos indivíduos atuarem como seres sociais, agindo conforme suas intenções, vontades e valores. Dessa forma, o texto cumpre uma função primordial no jogo de atuação sociocomunicativo.

Conforme Fávero e Koch (1988, p. 25),

[...] o termo *texto* pode ser tomado em duas acepções: *texto*, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, temos o *discurso*, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo interlocutor.[...] Neste sentido o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão.

No âmbito da Linguística Textual, inicialmente, assumiu-se que para se considerar uma sequência linguística como texto seria necessário que ela tivesse os princípios de textualidade. Como define Fávero (2006, p. 101), a textualidade é o “conjunto de propriedades que fazem com que um texto seja realmente um texto”.

Fazem parte dos princípios de textualidade a coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade e a informatividade; tais princípios são importantes, pois o texto precisa de combinações geradoras de sentidos, para que se construa o seu significado global.

Entretanto, Marcuschi (2008, p. 93) adverte que tais princípios

devem ser tomados com algumas ressalvas. Primeiro porque não se podem dividir os aspectos da textualidade de forma tão estanque e categórica. [...] Segundo porque [...] não se deve concentrar a visão de texto na primazia do código nem na primazia da forma. Terceiro porque não se pode ver nesses critérios algo assim como princípios de boa formação textual [...].

Nesse sentido, a textualidade depende dos processos cognitivos e discursivos que são inerentes não só ao texto, mas também aos interlocutores – visto como sujeitos sociais, históricos e culturais – e da interação deles com o texto, pois a construção de sentido do texto se faz também com a participação do leitor/ouvinte.

O texto é então concebido como um evento comunicativo e, consoante Marcuschi (op.cit., p. 95), em que se articulam três aspectos para a produção de sentido, “aspectos linguísticos [...], aspectos sociais [...] e aspectos cognitivos [...]”.

Sendo o texto o lugar de interação onde os sujeitos constroem e são construídos, o presente trabalho tem como foco analisar o processo de referenciação – já que tal processo contribui para a construção de sentido do texto –, para tanto utilizou-se o texto como unidade de análise. A partir do processo de referenciação serão analisados os recursos de coesão – anáforas diretas e indiretas – e a coerência textual.

1.2 Referenciação

Atualmente, a referenciação é vista como um aspecto preponderante para a produção e compreensão textual, de modo que ela é concebida não como uma forma de dizer o mundo objetivo ou “real”, mas como um recurso capaz de criar os objetos de discurso por meio das práticas sociocognitivas e discursivas.

Marcuschi (2008, p. 139) assegura que, como o processo de referenciação toma a língua como atividade e postula o texto como evento, não se admite que os referentes sejam sistematicamente objetos do mundo, tendo em vista que se caracterizam como objetos de discurso.

Em conformidade com Apothéloz, Cavalcante (2005, p. 125) assinala que

[...] o processo de referenciação não se completa no simples emprego de expressões referenciais, mas vai muito além disso, porque o referente se cria a partir de um conjunto de ações, do modo pelo qual os co-enunciadores ajustam suas ações conversacionais e da maneira pela qual constroem os sentidos em cada evento comunicativo.

A referenciação é uma atividade discursiva que permite ao indivíduo construir a realidade, mantê-la e alterá-la pela forma como ele sociocognitivamente interage com o mundo. A ação de referir está relacionada com as questões de natureza sociocultural e situacional que orientam as funções de ordem semântica, cognitiva, pragmáticas das várias formas de expressões que se refere a algo.

A visão sociocognitiva e interacional da linguagem e os processos referentes a ela despertam o interesse para várias questões relacionadas ao estudo da linguagem, dentre as quais, conforme Koch (2004, p. 33) estão a “progressão textual (referenciação, progressão referencial, formas de progressão referencial, formas de articulação textual, progressão temática, progressão tópica), a dêixis textual, o processamento sociocognitivo do texto [...]”

Em uma visão histórica (BLIKSTEIN,1985), a referência é vista como a relação de correspondência entre as expressões linguísticas e os recortes feitos pelas coisas do mundo real ou conceitual. Esses recortes selecionados pelas palavras são chamados de referentes. Assim, as expressões linguísticas correspondem à capacidade do signo de referir-se a realidade; já o referente é a realidade transposta pela referência.

Opondo-se a essa visão que concebe a referência como uma “representação das coisas ou dos estados de coisas”, Mondada e Dubois (2003) afirmam que a referência diz respeito a uma relação entre as práticas sociocognitivas e discursivas que constroem os objetos do discurso. Assim, o sujeito como ser ativo e interativo,

em suas relações com o mundo e consigo mesmo, é capaz de transformar a si e ao outro. O modo como vemos e nos referimos ao mundo não é estanque, inflexível e imutável, mas se mantém em constante processo de transformação por meio das práticas sociodiscursivas.

Os objetos-de-discurso são produtos construídos no processo de interação comunicativa, pondo em prática a atividade cognitiva e interativa dos interlocutores; assim o leitor/ouvinte tem papel preponderante na construção do significado de tais objetos através do processo de referenciação. Esses objetos-de-discurso são, portanto, categorizados na intersubjetividade das negociações, das modificações, ratificações individuais e públicas do mundo.

As categorias são definidas pelos indivíduos por meio das capacidades perceptuais e motoras. As várias categorizações sociais permitem designar as coisas do mundo por meio de categorizações possíveis, identificando-as em suas atribuições. Conceder uma categoria a um elemento dependerá do contexto e do ponto de vista que o sujeito tem ao designar o objeto-de-discurso. Mondada e Dubois (2003) denominam as variações categoriais em “categorias evolutivas”, que servem como recursos, assegurando a plasticidade linguística e cognitiva e são uma garantia de adaptação e adequação do contexto.

Conforme Mondada e Dubois (2003, p. 24),

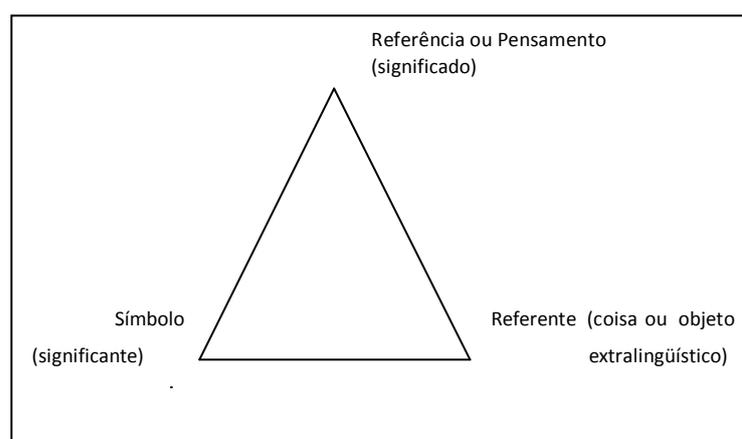
[...] Os sistemas cognitivos humanos parecem particularmente adaptados à construção de tais categorias flexíveis, *ad hoc* e úteis a todos os fins práticos, dependentes tanto mais da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que de restrições impostas pela materialidade do mundo.

A categoria posta a determinado referente depende do ponto de vista do sujeito, pois este é influenciado pelo meio sociocultural, histórico, ideológico e que, por meio dos recursos linguísticos, tematiza uma entidade salientando um aspecto específico de um determinado objeto. Daí ser esse objeto categorizado de forma intersubjetiva, já que cada indivíduo tem um ponto de vista e, assim, a categorização não faz parte do mundo extra-textual, mas do mundo textual. O contexto em que o discurso é proferido influencia na escolha lexical, modificando as estruturas cognitivas.

Para Koch (2004, p. 53), a referenciação é uma atividade discursiva “que implica uma visão não-referencial da língua e da linguagem”. Tomando como base o fato de a referenciação ser uma atividade discursiva que resulta da práxis, então, a referência não representa o significado real das coisas e dos objetos, já que a significação linguística é construída por meio da percepção/ cognição dos indivíduos, que, ao interagirem, constroem os referentes de acordo com seus modelos cognitivos.

O signo e a realidade não estão vinculados, pois o valor semântico dos objetos está no modo como o sujeito o percebe. O triângulo de Ogden e Richards tenta situar o significado linguístico no processo cognitivo. Para esses autores, o referente seria, portanto, a “coisa” extralinguística, que difere de referência, que é o significado linguístico. Assim, símbolo, referência e referente possuem uma relação triádica, superando, aparentemente, as relações dicotômicas entre significante e significado. A figura 1 mostra a disposição triangular, elaborada por Ogden e Richards, da referência, do referente e do símbolo, que tenta definir “o significado de significado”.

Figura 1: Disposição triangular.



Fonte: Blikstein, 1985, p.24

Apesar da tentativa de Ogden e Richards de definirem “o significado de

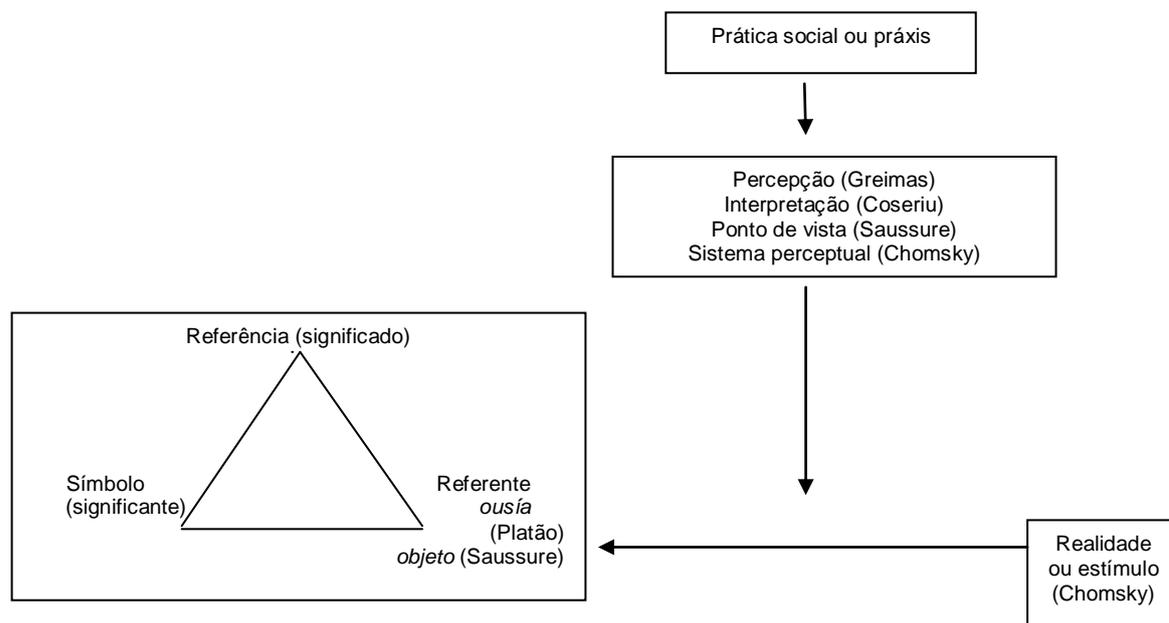
significado”, por meio da introdução da *coisa* extralinguística, eles não conseguem captar a realidade extralinguística, já que o foco não está no referente, mas na relação entre o símbolo e referência, caindo na visão dicotômica saussureana entre significante e significado.

Consoante Blikstein (1985), os autores, ao excluírem o referente, adotando uma postura “logicista”, retomam a teoria das relações diretas entre palavras e coisas. Essa teoria recai sobre a dificuldade de afirmar que a linguagem é a expressão do pensamento.

Ogden e Richards foram os primeiros estudiosos a propor o triângulo para tentar situar o significado linguístico no processo cognitivo, procurando definir o “significado de significado”. Depois destes autores vieram vários outros, que, com base nesta primeira tríade elaborada por eles, tentaram explicar a relação língua/ cognição/ realidade.

Blikstein foi um dos estudiosos que se baseou no triângulo para explicar as relações entre a língua e a realidade. O autor defende o fato de que o indivíduo só consegue captar e perceber o mundo por meio da práxis. Segundo ele, é na práxis que desenvolvemos os mecanismos perceptuais, que produziram o “referente”. O triângulo é visto por Blikstein de forma ampliada, conforme a figura 2.

Figura 2: Triângulo na visão de Blikstein.



Fonte: Blikstein, 1985, p.53

Com base no esquema de Blikstein, pode-se notar que sem práxis não há significação, ou seja, para haver significação é primordial que o indivíduo esteja inserido nas práticas sociais, que são o conjunto de atividades humanas que geram as condições de existência de uma sociedade. Blikstein (1985, p. 55) afirma que “os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem mas sobretudo na dimensão da práxis”. Assim, a linguagem, os esquemas cognitivos e o sistema perceptual são oriundos da práxis.

1.2.1 Construção e reconstrução dos objetos-de-discurso

A construção e reconstrução de objetos-de-discurso são construídas por meio das estratégias de referência e da progressão textual. As designações das coisas do mundo são construídas e (re)construídas no próprio discurso, conforme nossa percepção/ cognição, já que a língua modela e recorta a percepção da realidade.

Assim sendo, Koch (2004, p. 61) assegura que

O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. Isto é, os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer dizer.

A realidade extralinguística é, por meio dos objetos-de-discursos, (re)construída no processo de interação. Conseqüentemente, os indivíduos nomeiam o mundo pela forma com que, sociocognitivamente, interagem com ele, por meio do entorno físico, social e cultural, pois as estruturas linguísticas não estão na realidade, mas são impostas à realidade pela interpretação do sujeito.

Para Marcuschi (2007), o modo como o sujeito se refere às coisas decorre de sua atuação sociocognitiva discursiva sobre o mundo pelo uso da imaginação em atividades de “integração conceitual” e não de procedimentos formais de categorização linguística.

O processo de referenciação não está na língua, mas na percepção/cognição que o sujeito tem do mundo, uma vez que o sujeito é um ser social, influenciado, portanto, culturalmente, socialmente e ideologicamente, e que no processo discursivo instaura e diz o mundo por meio da referenciação.

Koch e Elias (2007) propõem estratégias de referenciação para a construção dos referentes textuais.

- Introdução (construção): que é a introdução de um “objeto” no texto, de modo que a retomada dele por uma expressão linguística é posta em foco, fazendo com que esse “objeto” sobressaia no modelo textual.

- Retomada (manutenção): é a reativação do “objeto” já presente no texto, pela retomada, por meio de uma forma referencial, assim o “objeto” continua em foco no texto.

- Desfocalização: é a introdução de um novo “objeto”, que passa a ocupar a posição focal. Porém, o objeto-de-discurso que é retirado do foco ainda permanece ativado parcialmente, a disposição para ser utilizado quando necessário.

A forma como os referentes são concebidos e denominados em atividades discursivas são frutos de negociações entre os participantes da interação, desse modo as expressões referenciais são selecionadas a partir do ponto de vista, do propósito comunicativo, do contexto imediato, entre outros. As expressões referenciais, assim, categorizam ou (re)categorizam os objetos de discurso, sendo responsáveis pela progressão referencial. Para Koch (2002, p. 85), as estratégias de progressão referencial podem ser utilizadas por meio de:

- (i) Pronomes ou elipses (pronome nulo);
- (ii) Expressões nominais definidas;
- (iii) Expressões nominais indefinidas.

Segundo a autora, a referenciação pode ser construída por formas gramaticais que exercem a “função pronome” – pelo uso de pronomes propriamente ditos, numerais, advérbios pronominais – sendo descrita, na literatura linguística, como pronominalização. Essas formas são usadas para fazer remissão, anafórica ou catafórica, a um ou mais objetos de discurso que estão explícitos ou implícitos no co-texto. Quando tais objetos estão implícitos – não diretamente designados –, são passíveis de inferência por meio do contexto cognitivo.

A elipse ou pronome nulo pode ter a função referencial quando, ao remeter a um objeto de discurso, a palavra “apagada” é identificada no co-texto. Essa forma de referenciação é utilizada na língua, pois permite a não repetição de sintagmas nominais e pronomes pessoais que desempenham função anafórica.

As expressões nominais definidas cumprem a função referencial e são constituídas, geralmente, por um determinante – podendo ser um artigo definido ou pronome demonstrativo – seguido de um nome e/ou modificador.

As expressões referenciais indefinidas também constituem a referenciação e; segundo Koch (2002, p. 104), “não são normalmente adequadas para a retomada de referentes já introduzidos no texto. Contudo, [...], elas podem, em certas circunstâncias, desempenhar tal função”, desde que seja selecionado um objeto de discurso no interior de um conjunto já mencionado; nomeie partes de um objeto

previamente mencionado ou, para gerar um efeito de suspense, não se especifica totalmente o objeto de discurso e, ainda, quando o interlocutor, ao fazer o uso da expressão anafórica, quiser focalizar mais a informação veiculada do que a progressão da cadeia coesiva.

1.3 Coerência

Como define Fávero (2006, p. 101), a textualidade é o “conjunto de propriedades que fazem com que um texto seja realmente um texto”.

Fazem parte dos princípios de textualidade a coesão e a coerência, pois o significado de uma parte está correlacionado com outras partes do texto; assim o significado global de um texto precisa de combinações geradoras de sentidos.

Para Marcuschi (2007, p. 34),

A perspectiva interacionista preocupa-se com os processos de produção de sentido tomando-os sempre como situados em contextos sócio-historicamente marcados por atividades de negociação ou por processos inferenciais. Não toma as categorias linguísticas como dadas *a priori*, mas construídas interativamente e sensíveis aos fatos culturais. Preocupa-se com a análise dos gêneros textuais e seus usos em sociedade. Tem muita sensibilidade para fenômenos cognitivos e processos de textualização na oralidade e na escrita, que permitem a produção de coerência como uma atividade do leitor/ouvinte sobre o texto recebido.

Destarte, a coerência é responsável pela parte cognitiva textual, permitindo uma análise mais profunda do texto, já que ela está em um nível macroestrutural. Assim, ela é o resultado dos processos cognitivos operantes entre os interlocutores, numa situação de interação, por meio de modelos cognitivos, situacionais e em um contexto sócio histórico cultural.

Koch e Travaglia (2001, p. 50) conceituam a coerência “como um princípio de interpretabilidade e nos leva à posição de que não existe o texto incoerente em si, mas que o texto pode ser incoerente em/para determinada situação comunicativa”.

Isso evidencia que para a construção da coerência é preciso que os sujeitos da interlocução saibam adequar o texto à situação de comunicação bem como a

intenção do produtor, objetivos, destinatários e regras socioculturais. O conhecimento prévio e lexical que adquirimos é essencial para a construção de sentido do texto, pois sem ele a coerência ficará comprometida.

Nesse sentido Fávero (2006, p. 73) afirma que,

[...] a coerência depende antes de tudo de nosso conhecimento prévio [...] a compreensão de um texto é um processo que se realiza pela ativação desse conhecimento, isto é, a memória, onde estão guardados nossos conhecimentos, busca as informações necessárias, a partir dos elementos presentes.

A coerência não está, portanto, ligada às operações realizadas com o próprio código a fim de expressar as ideias, mas a uma atividade cognitiva que necessita de um conhecimento partilhado, assim, os usuários da língua se tornam dependentes desse conhecimento para que possam compreender o sentido do texto com o qual se interagem.

Conforme Marcuschi (2007, p. 15), a noção interacional de coerência

é a perspectiva que não concebe a coerência como uma propriedade do texto nem como um processo inferencial apenas, mas como uma construção resultante do trabalho colaborativo do ouvinte/leitor no ato de co-produção do texto oral interativamente. A operação de produção de coerência não é um ato puramente individual, mas coletivo. Neste caso, a coerência não tem uma evidência empírica instalada no texto, [...] nem é uma atividade em que se dá primazia aos processos inferenciais [...]. Rigorosamente, a noção interacional de coerência toma como base para a produção de sentido os processos colaborativos no uso efetivo da língua. O sentido passa a ser uma construção social realizada na comunicação.

Considerando o texto como uma atividade comunicativa – meio de interação verbal – a propriedade linguística é importante, pois a forma como o sujeito da interação verbal escolhe as palavras e como elas aparecem no texto constitui uma organização da superfície textual que contribui para a coerência textual, porém tal propriedade não é determinante. As intenções do sujeito, o modo de interagir com o “outro” revelam que além da propriedade linguística; o contexto, o extralingüístico, as relações socioculturais são fatores que contribuem para entendimento do texto. A construção da coerência depende, portanto, da interação entre os interlocutores, de suas intenções e dos processos colaborativos no ato da interação, assim a construção de sentido é social.

Sendo a propriedade linguística um dos fatores que contribui para a coerência do texto, podemos afirmar que coesão e coerência estão, de uma maneira ou de outra, ligadas entre si. Dessa maneira, Antunes (2005, p. 177) concebe a relação de coesão e coerência estreita e interdependente. “[...] não há coesão que exista por si mesma e para si mesma. A coesão é uma decorrência da própria *continuidade* exigida pelo texto, a qual por sua vez, é exigência da *unidade* que dá *coerência* ao texto.”

A coerência textual é, pois, construída por processos referenciais, como afirma Cavalcante (ainda não publicado): “Há tipos distintos de processos referenciais que ajudam os participantes da interação a construir sua própria coerência dos textos que recebem ou que produzem”.

Em conformidade com Cavalcante, podemos afirmar que os processos de referenciação dão conta não só da coesão, mas também da coerência textual. É, portanto, nessa perspectiva que trataremos as análises das crônicas de Fernão Lopes.

1.4 Coesão

A coesão diz respeito a um dos recursos responsáveis pela construção de sentido do texto - os elementos que recuperam passagens já ditas (coesão referencial) e os que garantem a conexão entre as partes do texto (coesão sequencial). Fávero (2006, p. 61) afirma que os elementos de coesão são responsáveis pela estruturação da sequência da superfície textual. Ela propõe três tipos de coesão: a referencial, a recorrencial e sequencial *stricto sensu*.

A coesão referencial estabelece, na superfície textual, a retomada de um elemento que foi citado anteriormente, pois tal elemento não constitui valor próprio, mas se vale do processo de referenciação para tornar possível uma interpretação. A coesão referencial pode se dar por **substituição** e por **reiteração**.

Tem-se a coesão **referencial por substituição** quando um item lexical é

retomado – anáfora – ou procedido – catáfora – por uma *pro-forma*, que é um elemento gramatical representante de uma categoria.

A coesão **referencial por reiteração** se dá por meio da repetição do mesmo item a que ele faz referência. A reiteração pode ser por **sinonímia, hiperonímia ou hiponímia, expressões nominais definidas e nomes genéricos**. A sinonímia é quando um termo designa outro anterior pelo uso de uma palavra ou expressão que se aproxima do seu significado, ou seja, pelo uso do sinônimo. A hiperonímia é a utilização de um termo que generaliza a parte, ou seja, o todo pela parte e a hiponímia, ao contrário, é a utilização da parte em relação ao todo. As expressões nominais definidas dependem não apenas do conhecimento linguístico, mas também do conhecimento de mundo do leitor, portanto ela é extratextual. Os nomes genéricos são nomes gerais como: “pessoa”, “gente”, “coisa”, assim ao utilizá-lo o referente estará sendo generalizado.

A coesão referencial recorrencial tem por finalidade a progressão do discurso, mesmo havendo retomada de estruturas, itens ou sentenças, e se dá pela articulação entre a informação *velha* e a *nova*. Consoante Brown & Yule (*apud* FÁVERO, 2006, p. 26) “a informação *nova* é aquela que o escritor/locutor acredita não ser conhecida, a *velha* é aquela que acredita conhecida ou porque está fisicamente no contexto ou porque já foi mencionada no discurso”.

A recorrência é distinta de reiteração, pois enquanto esta repete as expressões textuais, a outra dá conta da progressão textual. Os casos de coesão recorrencial são constituídos por:

- **Recorrência de termos**

A função deste tipo de coesão é dar ênfase, intensificar a partir da repetição dos termos.

(1) *Irene preta*

Irene boa

Irene sempre de bom humor [...] (In: FÁVERO, 2006, p. 27)

A repetição do termo *Irene* tem uma função enfática, permitindo que a informação progrida.

• Paralelismo

Dá-se a ocorrência de paralelismo quando há reutilização de estruturas com diferentes conteúdos.

(2) *Era uma aldeia de pescadores onde a alegria fugira, e os dias e as noites se sucediam numa monotonia sem fim, das mesmas coisas que se diziam, dos mesmos gestos que se faziam [...]* (ibidem, p. 28)

As expressões “das mesmas coisas que se diziam” e “dos mesmos gestos que se faziam” são conteúdos diferentes, porém reutilizam a mesma estrutura: “sucédiam numa monotonia sem fim”.

• Paráfrase

Constitui paráfrase a restauração do conteúdo de um texto matriz num texto que dele se deriva, por meio da reformulação.

(3) *“Canção do exílio*

Minha terra tem palmeiras,/ Onde canta o Sabiá;/ As aves que aqui gorjeiam,/ Não gorjeiam como lá.” (CASIMIRO DE ABREU)

“Canto de regresso à pátria

Minha terra tem palmares/ Onde gorjeia o mar/ Os passarinhos daqui/ Não cantam como os de lá.” (OSWALD ANDRADE)

O texto “Canção do Exílio”, de Casimiro de Abreu, foi escrito no século XIX. No século XX, Oswald de Andrade escreveu o poema “Canto de regresso à pátria”, que constitui uma restauração do poema “Canção do exílio”. Dessa maneira, o texto de Oswald de Andrade é uma paráfrase do texto de Casimiro de Abreu.

- **Recursos fonológicos, segmentais e supra-segmentais**

Os recursos fonológicos podem, também, estabelecer uma função coesiva. Assim, o ritmo da frase com suas entonações e silêncios, e da motivação sonora como aliterações, ecos, assonâncias têm função coesiva.

A coesão sequencial *stricti sensu* tem função de fazer a progressão textual sem haver a recorrência de itens precedentes ou procedentes. Ela pode ocorrer por:

- **sequenciação temporal:** tem como função indicar a linearidade de como as coisas acontecem, indicando o tempo do mundo “real”. Esse tipo de sequenciação pode ser por:

- **Ordenação linear dos elementos:** as ações são apresentadas de forma linear, conforme as coisas acontecem.

(4) *Vim, vi e venci (FÁVERO, 2006, p. 34)*

- **Por expressões que indicam ordenação ou continuação temporal:** esse tipo de sequenciação ordena as sucessão dos fatos ou a retomada de fatos anteriores.

(5) *Primeiro vi a moto, depois o ônibus. (ibidem, p. 34)*

→ **Partículas temporais:** indica o tempo em que os fatos ocorreram ou ocorrerão.

(6) *À noite, encontrarei João na praça.*

→ **Correlação dos verbos temporais:** os verbos que estão em correlação obedecem o tempo verbal dos que os antecedem. No caso do exemplo abaixo *pedi/encontrassem*.

(7) *Pedi que me encontrassem na praça.*

A sequenciação por conexão se constitui por meio de operadores do tipo:

→ **Lógico:** relação lógica entre duas proposições que pode se dar por meio de *disjunção; condicionalidade; causalidade; mediação; complementação e restrição*.

→ **Operadores do discurso:** os operadores do discurso ocorrem por *conjunção; disjunção* (enunciados que têm orientações discursivas distintas); *contrajunção* e *explicação ou justificação*.

→ **Pausas:** as pausas ocorrem por meio dos sinais de pontuação (*dois pontos, vírgula, ponto e vírgula, ponto final*, entre outros) Substituem os conectores assinalando diferentes relações.

Para Koch (1999), a coesão refere-se aos processos que asseguram ou recuperam uma ligação linguística significativa entre os elementos presentes na

superfície textual. Desta forma, a autora propõe a existência de duas modalidades de coesão: *a referencial* e *a sequencial*.

Tais modalidades surgem a partir dos estudos de Halliday & Hasan (*apud* KOCH, 1999, p. 19) que fazem distinção entre cinco mecanismos de coesão, sendo eles:

- Referência (pessoal, demonstrativa, comparativa)
- Substituição (nominal, verbal, frasal)
- Elipse (nominal, verbal, frasal)
- Conjunção (aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa)
- Coesão lexical (repetição, sinonímia, hiperonímia, uso de nomes genéricos, colocação)

Por elementos de referência entende-se todos aqueles itens que não podem ser semanticamente interpretados por si só, - chamados *pressupostos*, mas retomam outros itens – denominados *pressupostos* - para poderem ser significativamente interpretados. A referência pode ocorrer de duas maneiras: dentro do modelo situacional – também chamada de exofórica – ou dentro do modelo textual – chamada de endofórica.

A *referência exofórica* é a retomada de algum elemento que não está presente no texto, mas na situação de comunicação, já a referência endofórica o elemento retomado pertence ao modelo textual. A retomada de um elemento endofórico ou exofórico pode ser por *catáfora* (o elemento precede o item coesivo) ou, ainda, por *anáfora* (o item coesivo antecede o elemento).

A coesão referencial é aquela que um elemento textual remete a outro elemento presente no universo textual. O primeiro elemento é chamado de *elemento de referência*, já o segundo é chamado de *referente textual*.

Os elementos de referência podem ser representados por um substantivo, um

sintagma, um fragmento ou todo um enunciado. O referente, ao ser representado por um SN (sintagma nominal), vai, ao decorrer do texto, adquirindo novos traços por meio dos nomes a ele referidos ou a cada nova ocorrência desse nome, posto que, o referente é algo (re)construído no interior do próprio discurso.

Como foi dito anteriormente, a remissão de um referente pode ser tanto por anáfora (*para trás*) quanto por catáfora (*para frente*). Assim temos:

(8) **Joana** estava sentada lendo um livro quando bateram na porta. **Ela**, muito entretida, não percebeu que havia alguém lhe chamando. (anáfora)

(9) Só lhe pedirei isto: não se esqueça de colocar comida para o cão. (catáfora)

As principais formas de remissão são:

- Formas gramaticais: as formas não referenciais livres representadas por pronomes substantivos e advérbios pronominais e, as formas não referenciais presas que são representadas por artigos, pronomes, adjetivos, numerais adjetivos.
- Formas lexicais: são representadas por grupos nominais, sinônimos, hiperônimos e nomes genéricos.

De acordo com Koch (1999) a coesão sequencial ou sequenciação refere-se aos procedimentos lingüísticos que estabelecem vários tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas conforme a progressão textual.

Segundo a autora, a sequenciação pode se dar por:

- Sequenciação frástica: ocorre pelo *encadeamento de marcas lingüísticas* quando não há procedimentos de recorrência estrita, a progressão se faz por meio de sucessivos encadeamentos estabelecendo determinados tipos de relação com as marcas lingüísticas presentes no texto. Portanto, a *manutenção temática* é assegurada pela repetição do mesmo item lexical, já a *progressão temática* diz

respeito às relações que se estabelece entre ao que se denomina tema (dado) / rema (novo). O encadeamento por *justaposição* ou *conexão*.

- Sequenciação parafrástica: esse tipo de sequenciação se dá por procedimentos de recorrência. Tais procedimentos podem ser: de *recorrência de termos* quando há a repetição de um mesmo item lexical; *recorrência de estruturas* quando a mesma estrutura sintática é utilizada para o preenchimento de novos itens lexicais; *recorrência de conteúdos semânticos* diz respeito ao uso do mesmo conteúdo semântico sob formas estruturais distintas; *recorrência de recursos fonológicos* que é a utilização da rima, assonância, aliteração entre outros; *recorrência de tempo e aspecto verbal*.

A partir das concepções de Fávero e Koch é possível assegurar que coesão textual é preponderante para a construção do texto na medida em que ela garante manutenção temática, estabelece relações de sentido e pragmática entre os elementos textuais, ordena e articula as sequências textuais.

Para Charolles (apud KOCH, 1999, p. 69),

[...] o uso dos mecanismos coesivos tem por função facilitar a interpretação do texto e a construção da coerência pelos usuários. No entanto, seu uso inadequado pode dificultar a compreensão do texto: visto possuírem, por convenção, funções bem específicas, eles não podem ser usados sem respeito a tais convenções.

A coesão é, portanto, um princípio importante para a textualidade, garantindo a interpretação do texto.

Para Marcuschi (2008, p. 99),

Os processos de coesão dão conta da estruturação da sequência [superficial] do texto (seja por recursos conectivos ou referenciais) não são simplesmente princípios sintáticos. Constituem os padrões formais para transmitir conhecimentos e sentido.

Portanto, a coesão não está estritamente ligada aos recursos gramaticais, visto que a coesão também diz respeito aos aspectos semânticos, na medida em que as conexões feitas no decorrer do texto permitem a construção de sentido deste.

Nessa mesma visão, Antunes (2005, p. 48) afirma que as ligações que vão sendo articuladas na superfície do texto sinalizam ligações de ordem conceptuais que subjazem a essa superfície. “[...] concomitantes aos encadeamentos identificáveis na superfície do texto, vão acontecendo aqueles outros no nível semântico. [...] se há ligações na superfície é porque elas existem no âmbito do sentido e das intenções pretendidas [...]”. Isso mostra que as escolhas dos elementos presentes no texto não são aleatórias, visto que o sujeito ao enunciar tem uma intenção, assim o que é dito, necessariamente, precisa ter sentido e, para tanto, as palavras, períodos e parágrafos devem estar interligados.

Apesar de a coesão ser um princípio importante para a textualidade, não é determinante. Assim, Antunes (2005, p. 164) ressalta que a superfície de um texto,

[...] tem uma clara função, mediadora, que sobressai, assim, como pista, que orienta, que indica a trilha do sentido e das intenções pretendidos. A coesão, portanto, ultrapassa a mera ocorrência dos elementos linguísticos na superfície do texto e está em íntima correlação com a coerência do texto.

A coerência textual está estritamente ligada à coesão, pois uma não sobrepõe a outra, mas se complementam no intuito de gerar o sentido pretendido ao texto.

1.4.1 Anáfora

A visão clássica do termo anáfora indica a repetição de uma expressão ou um sintagma no início de uma frase (Cf. Marcuschi, 2005). Nessa perspectiva, a anáfora é entendida como uma operação semântica de correferência, isto é, a anáfora é o termo utilizado para designar uma expressão linguística cuja interpretação se encontra em um referente na superfície textual.

A definição de anáfora, na concepção da retórica clássica, se tornou bastante simplista e, atualmente, é ponto de discussão entre diversos linguistas. Ilari (2005) faz uma crítica à definição grosseira de Padučeva, quando este afirma que os “nomes” referem-se aos objetos do mundo estabelecendo uma relação unívoca. Para Ilari, (2005, p. 123) *a anáfora é um forte argumento para que, entre a*

linguagem e o mundo, queiramos situar uma interface que não é neutra, mas guarda as marcas cognitivas [...] de nosso envolvimento com determinados grupos sociais que interpretam e conhecem.

Apothéloz (2003) aponta para o problema do que é uma forma de retomada. Rejeita, primeiramente, o conceito no qual um anafórico se refere ao seu antecedente, explicitando que esta definição só cabe para as expressões metalingüísticas ou metadiscursivas. Posteriormente, o autor afirma que um antecedente não é, de forma alguma, um elemento indispensável ao funcionamento das formas de retomada. Dessa maneira, assegura a problemática da noção de antecedente como segmento textual univocamente delimitável a partir de um único fato de sua relação semântica, já que uma expressão anafórica pode não mais denominar o referente, mas atribuir um valor a ele.

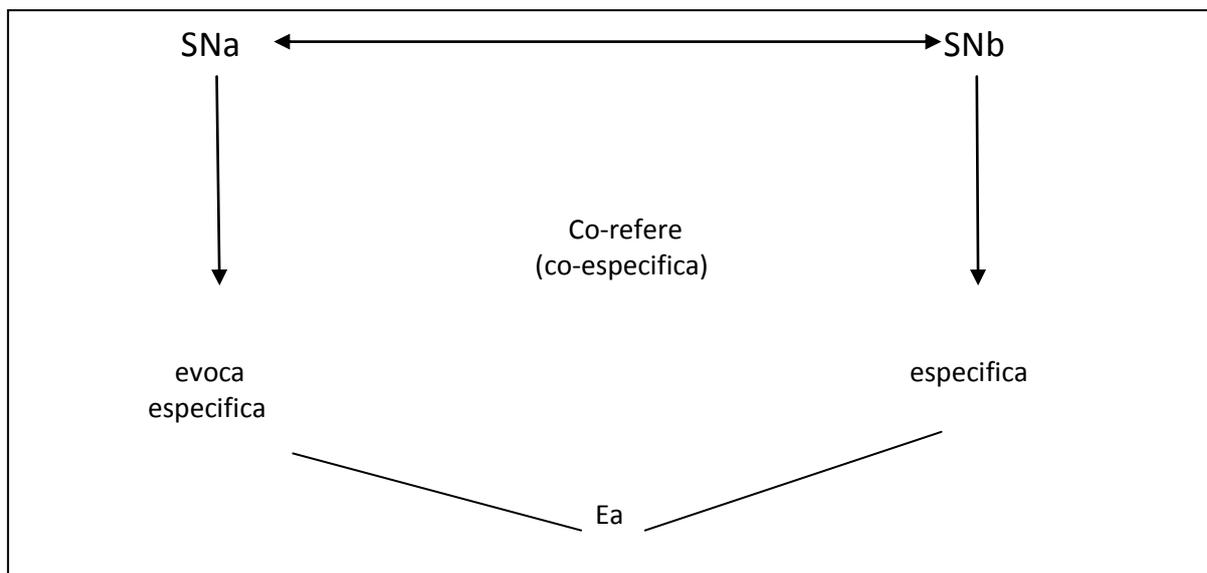
Marcuschi (2005) comunga de formulações parecidas com as dos autores citados anteriormente, porém faz um alargamento da concepção de anáfora direta, estudada no próximo item, que postula a retomada de referentes previamente introduzidos, estabelecendo uma relação de correferência entre o termo anafórico e o antecedente. Para ele, “a anáfora é um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial”.

Os questionamentos em torno da concepção clássica de anáfora é que levaram os linguístas a uma nova concepção do termo em que a expressão referencial pode vir ancorada no co-texto ou de uma introdução referencial não-ancorada.

1.4.2 Anáfora direta

Tomando, em linhas gerais, a concepção de anáfora como uma expressão linguística cuja interpretação encontra-se em seu antecedente, Marcuschi (2005) reconhece que a *anáfora direta* reativa os referentes prévios e que, provavelmente, mantenha o mesmo valor semântico entre o termo anafórico e seu antecedente. O autor esquematiza como é representada a anáfora direta da seguinte maneira:

Esquema I: Processamento da Anáfora Direta



No esquema proposto a fim de representar a anáfora direta, o antecedente é representado pelo SNa, que é um sintagma nominal, já o SNb representa um outro sintagma nominal, porém com a função de anáfora, que apenas co-refere e co-especifica o referente, porém não introduz algo diferente.

O autor, porém, ressalta que nem sempre a co-referência se mantém de forma estrita, posto que os aspectos gramaticais, como as concordâncias de gênero e número indicam o antecedente. Destarte, segundo ele, a visão clássica da anáfora direta é um processo baseado na noção de que a anáfora é um processo de *reativação de referentes prévios*.

Koch (2006) assegura que o processo de construção do referente, ou, dos objetos-de-discurso se dá por meio da sua introdução/ativação no modelo textual, cujos termos, cunhados por Prince, ela utiliza para designá-los de ativação “ancorada” e “não-ancorada”.

A introdução/ativação ancorada acontece sempre que um novo referente é introduzido, sob o modo do dado, estabelecendo associações com elementos já presentes no co-texto ou associando ao contexto sociocognitivo do interlocutor, sendo possível estabelecer associação e/ou inferenciação. A ativação ancorada

inclui tanto as anáforas indiretas quanto as anáforas associativas¹. Estas exploram as relações meronímicas, isto é, a relação semântica que consiste em considerar consensualmente que uma unidade léxica é parte integrante de outra, e, também as relações em que os elementos podem ser “ingredientes” do outro. Nas anáforas indiretas, o antecedente não é explicitado no co-texto, mas a partir do co-texto, construída por meio da inferenciação e do conhecimento prévio do sujeito no ato discursivo.

A introdução será não-ancorada quando o referente for novo dentro do co-texto, ou seja, o referente introduzido não foi mencionado no texto, preenchendo um espaço (“endereço cognitivo”) na memória discursiva do interlocutor mediante o modelo textual. O objeto-de-discurso será categorizado quando for representado por uma expressão nominal.

Cavalcante (2005), com base nas formulações de Koch, cita as anáforas correferenciais e não-correferenciais. As anáforas correferenciais são também chamadas de anáforas diretas, pois possuem associação direta entre o termo anafórico e seu antecedente; em contrapartida, as anáforas não-correferenciais, abarcam as anáforas indiretas, as quais se valem de recursos inferenciais e associativos (anáfora associativa) e as anáforas encapsuladoras, que têm como função sumarizar as informações contidas em elementos precedentes no texto, encapsulando-os a partir de uma forma nominal.

Para Cavalcante (2005, p. 129), baseando-se em Schwarz (2000), na grande maioria das ocorrências de referenciação indireta, as relações se edificam de modelos mentais minimamente organizados em nossos conhecimentos culturalmente partilhados. Assim, quando um referente é recategorizado no interior do discurso, o sujeito, compartilhando os mesmos modelos cognitivos do enunciador, os aciona para construir modelos que enquadrem o objeto-de-discurso em uma categoria cognitiva.

¹ Ver próximo item.

Santos (2006), interpretando Cavalcante (2003), aborda a anáfora correferencial co-significativa, que consiste na retomada integral dos referentes, pela repetição do nome, podendo conter junto a essa repetição, predicação ou sinonímia. Como exemplificação, damos os seguintes trechos da Crônica de Fernão Lopes (Anexo1):

(10) [...] mandou fazer **um moimento** de alva pedra, todo mui subtilmente obrado, pondo elevada sobre a campa de cima a imagem d'ella, com corôa na cabeça, como se fôra rainha. E **este moimento** mandou pôr no mosteiro de Alcobaça [...]

(11) Esse verdadeiro amor houve el-rei Dom Pedro a **Dona Ignez**, como se **d'ella** namorou sendo casado e ainda infante [...]

Em (10), o referente é retomado pela repetição do nome, havendo apenas a troca do artigo indefinido *um* pelo demonstrativo *este*, “um moimento” é inteiramente retomado pelo termo anafórico “este moimento”. Em (11), o referente Dona Ignez é recuperado pelo anafórico d’ella, estabelecendo um processo de correlação.

A anáfora correferencial pode ser recategorizada, alterando as associações entre representantes categoriais parcialmente previsíveis. Essas escolhas de recategorizar o referente implica na intenção que o produtor do texto tem ao utilizá-la.

• Anáforas encapsuladoras

A descrição nominal constitui uma atividade de linguagem que permite que os objetos-se-discurso sejam construídos e reconstruídos no processo de referenciação. As formas nominais servem, para tanto, como orientações argumentativas conforme a proposta do produtor do texto.

Conforme Koch (2005, p. 35),

[...] o emprego de uma descrição nominal, com função de categorização ou de recategorização de referentes, implica sempre uma escolha entre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto.

As formas nominais têm como função categorizar e recategorizar o objeto-de-discurso, tendo o indivíduo uma gama de possibilidades para caracterizar o objeto, o que determina a escolha do indivíduo em utilizar uma forma para categorizá-lo é, portanto, intenção proposta de sentido no texto.

Apothéloz e Chanet (2003) entendem que nem sempre as nomeações fazem uso de uma expressão lexical e que elas podem valer-se do uso do demonstrativo cumprindo a mesma operação. O trecho abaixo é um exemplo dado pelos autores.

(12) [Crítica de discos] A Orquestra Sinfônica de Londres se perde sob o peso das cordas, os únicos detalhes que percebemos são as intervenções dos solistas mais evidentes. Isso estraga. (LIBÉRATION, 3.12.1994) (APOTHÉLOZ E CHANET 2000, p. 135)

O uso do demonstrativo *isso* retoma toda a descrição nominal dada na oração anterior, operando como anafórico. Isso comprova que as nomeações não fazem o uso, necessariamente, de uma expressão lexical.

O uso do pronome relativo também serve como retomada, desde que não esteja acompanhado de antecedentes nominais, de informações proposicionais. Há casos em que a retomada das informações antecedentes é feita por expressões nomeadoras implícitas. A retomada da informação antecedente pode se dar também pela expressão lexical, comportando uma conotação axiológica evidente no sentido.

As formas nominais podem ser acompanhadas tanto do pronome demonstrativo quanto do definido, porém, há uma propensão maior de eles virem acompanhados pelo demonstrativo. As nomeações definidas podem em geral ser substituídas pelo uso de uma nomeação demonstrativa.

Conforme Koch (2005):

Fato bastante comum, em se tratando de remissão textual, é o uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes ou subsequentes de co-texto, resumindo-os e encapsulando-os sob um determinado rótulo.

O encapsulamento é um tipo de anáfora complexa, pois não nomeia um objeto específico, mas objetos textuais abstratos e frequentemente genéricos e inespecíficos, o que requer do leitor/ouvinte uma competência interpretativa não da expressão como também da informação co-textual.

As rotulações (ou nominalizações) são estratégias de operações discursivas que, por meio de um sintagma nominal refere-se a toda uma cadeia discursiva, podendo ser uma ou mais orações, um período ou um parágrafo.

O rótulo é, conforme Francis (2003), caracterizado pela exigência da lexicalização – ou exigência lexical – em seu contexto, sendo ele um elemento nominalmente inerente não-específico cujo significado específico precisa ser decifrado no discurso. Para o autor, o funcionamento dos rótulos pode ser tanto de forma anafórica quanto catafórica. O rótulo será *prospectivo* quando preceder sua lexicalização, e *retrospectivo* quando o rótulo proceder a sua lexicalização. A função do rótulo é sumarizar informações que o precedem ou sucedem a ele, podendo, também desempenhar funções preditivas e organizadoras.

Outro tipo de rotulação é aquela que não sumariza a informação textual precedente, mas focaliza a própria atividade discursiva, qualificando o precedente como determinado tipo de ação ou atividade metadiscursiva. O uso de certas expressões metalingüísticas indica a opinião do locutor a respeito do discurso rotulado e a respeito do próprio produtor do discurso.

1.4.3 Anáfora indireta

Constitui anáfora indireta o fato de não existir na superfície textual um antecedente explícito, mas um elemento de relação denominado âncora sendo determinante para a interpretação.

Marcuschi (2005, p. 53) conceitua a anáfora indireta da seguinte maneira:

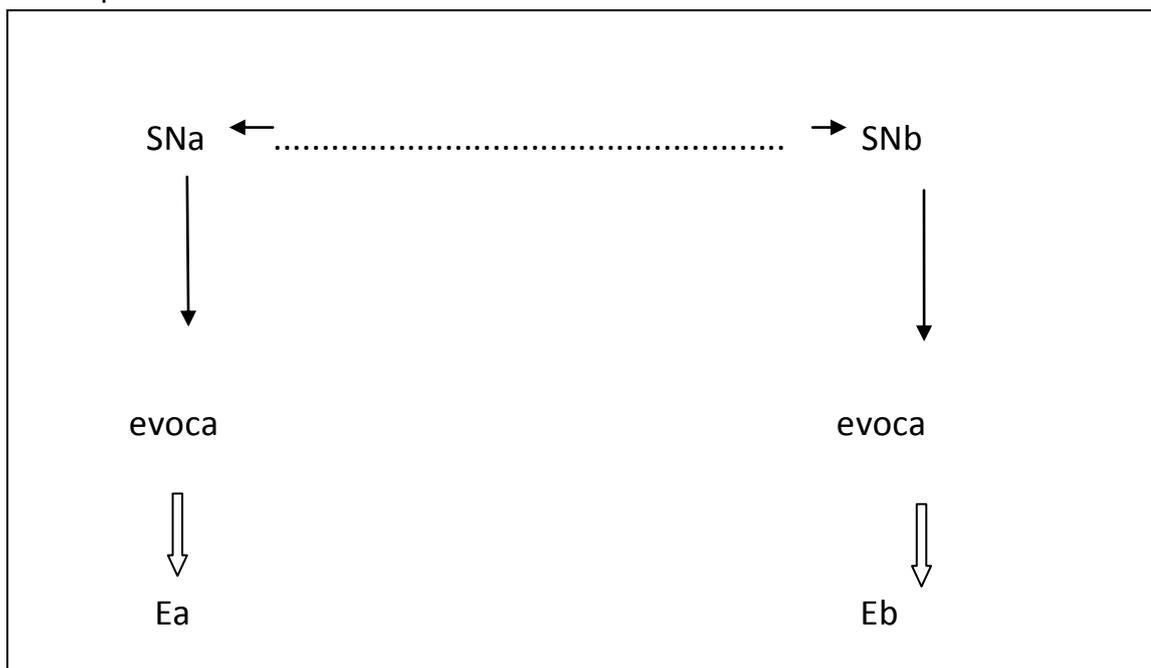
[...] constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subseqüente) explícito no texto. Trata-se de uma estratégia endofórica de ativação de referentes novos e não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita.

A anáfora indireta (*A/*) requer que os interlocutores construam, a partir de processos cognitivos e inferenciais, os objetos-de-discurso ancorados no universo textual, porém sem relação explícita. As anáforas indiretas não retomam referentes, contudo introduzem um novo referente, ancorados em alguma expressão textual e ativados por processos sociocognitivos.

As anáforas indiretas não se reduzem apenas aos sintagmas nominais definidos, mas também abarcam os casos pronominais. Marcuschi (2005) identifica algumas características das anáforas indiretas como a não existência de um precedente ou um procedente explícito para retomada, mas uma expressão ou contexto semântico determinante para a interpretação anafórica indireta. Não existe uma correferenciação entre a anáfora indireta e a âncora e sim uma relação conceitual, ou seja, não há uma reativação de referentes prévios, mas a interpretação anafórica indireta é feita a partir da construção de um novo referente. O autor ressalta que há realização da anáfora indireta tanto por elementos não pronominais quanto por elementos pronominais, porém sendo estes menos frequentes.

Marcuschi (2005) esquematiza a representação da *A/* assim:

Esquema II: Processamento da Anáfora Indireta



Fonte: MARCUSCHI, 2005, p. 57.

Seguindo a argumentação de Schwarz, Koch (2002) defende que nem toda *AI* depende de inferenciação, já que as inferências se resumiriam aos processos cognitivos que ativam informações representadas na memória enciclopédica do sujeito no ato da enunciação.

Para Schwarz (*apud* MARCUSCHI, 2005) existem dois tipos básicos de anáforas indiretas, os quais podem ser subdivididos. Para a classificação das *AI*, é necessário a observação de como essas anáforas se relacionam com suas âncoras. Seriam os tipos de *AI*: (I) as do tipo semanticamente fundado e (II) as do tipo conceitualmente fundado.

As *AI* do tipo semanticamente fundado exigem a ativação de conhecimentos semânticos lexicais e estão vinculadas a papéis semânticos. Já as *AI* do tipo conceitualmente fundado exige do interlocutor estratégias cognitivas conceituais baseadas nos modelos mentais, conhecimento prévio e enciclopédico para a construção do modelo textual.

Os subtipos de *AI* são representados por Marcuschi (2005) como:

- As *AI* baseadas em papéis temáticos dos verbos: quando um item lexical preenche através do “papel temático” do verbo o que ficou implícito. A ancoragem está, portanto, no verbo.

(13) *Eu queria fechar a porta quando Moretti saltou dos arbustos. Com o susto deixei cair as chaves. (MARCUSCHI, 2005, p. 62)*

O valor semântico do verbo *fechar* na oração é instrumental, *as chaves* tomam como âncora o valor semântico e preenche o que ficou implícito na oração.

- *AI* baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos: a referenciação é feita por meio das relações meronímicas, por meio da hiponímia e hiperonímia e os campos lexicais, as duas últimas relações são menos frequentes. A expressão nominal formada de DET (artigo definido) + núcleo é considerada expressão nominal definida.

(14) *Não compre a xícara amarela. O cabo está quebrado. (ibidem, p. 62)*

No exemplo supra citado, *cabo* é parte integrante de *xícara*. O sentido é construído pelas as relações que se estabelece entre o anafórico (*o cabo*) e sua âncora (*a xícara*).

- *AI* baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais: este tipo de anáfora é ancorada em modelos cognitivos globais, organizados e estruturados na memória do interlocutor.

(15) *[...] com corôa na cabeça, como se fôra rainha [...]. (crônica de Fernão Lopes)*

O termo “rainha” não reativa um referente prévio, mas ancora no item lexical “coroa”, que possibilita ao indivíduo ativar vários elementos – reino, reinado, castelo, príncipe, rei, princesa, rainha, entre outros – presentes em seu esquema cognitivo, entre esses possíveis elementos ativados está o termo “rainha”.

- *AI* baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual: essas anáforas indiretas são ancoradas em conhecimentos estabelecidos por meio de informações explicitadas no modelo textual que as antecedem. Os conhecimentos são reorganizados por estratégias de inferência através do conjunto de conhecimentos textuais.

(16) *O Náutico não fez uma exibição primorosa, mas jogou o suficiente para se impor diante da fraca Tuna Luso com um placar de 3 x 0, ontem à tarde, nos Aflitos. Foi a primeira vitória alvirrubra na Segunda Divisão do Brasileiro, depois de quatro jogos, e serviu para levantar o moral do time que subiu para cinco pontos no grupo A. Lênilton, Mael e Lopeu marcaram os gols alvirrubros. Com o pontaesquerda Lênilton, improvisado de centroavante, e Ricardinho na esquerda, o Náutico demorou a se encontrar em campo. A Tuna jogava fechada e seu técnico, Bira Burro, orientava os atacantes Joacir e Ageu para ficarem enfiados entre os zagueiros alvirrubros. O restante do time paraense ficava em frente da área. (MARCUSCHI, 2005, p. 64)*

A ativação de um objeto-de-discurso que designa um estado de coisas presente no co-texto é a expressão *a primeira vitória alvirrubra* e *os gols alvirrubros*; tais expressões envolvem uma situação de jogo. É necessário, porém, que o leitor recorra ao seu conhecimento prévio para reativar as cores do time paraense a fim de que se possa distinguir os dois times. A expressão “o restante do time” envolve não só as informações presentes no co-texto como também conhecimentos de mundo a respeito dos componentes de um time de futebol.

Marcuschi menciona as anáforas indiretas elípticas, também baseadas em inferências ancoradas no modelo textual, que não reativam referentes prévios, mas ancoram no universo textual prévio.

- *AI* baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações: esse tipo de anáfora indireta é ancorada no verbo, ou seja, a nominalização funciona como substantivo ou SN que estabelece relação com o verbo precedente.

(17) *O Náutico não fez uma exibição primorosa, mas jogou o suficiente para*

se impor diante da fraca Tuna Luso com um placar de 3 x 0, ontem à tarde, nos Aflitos. Foi a primeira vitória alvirrubra na Segunda Divisão do Brasileiro, depois de quatro jogos, e serviu para levantar o moral do time que subiu para cinco pontos no grupo A. (ibidem, p. 65)

O verbo *jogou*, enunciado no início do texto, foi ativado pela expressão *jogos*, que constitui uma nominalização do verbo *jogar*. Esse tipo de *AI* abarca um conjunto de anáforas que têm a estrutura de um SN construído por um DET + NOME, o determinante é um demonstrativo – esse (a), este (a) (...) – gerando uma descrição definida para se referir a um estado de coisas.

- *AI* esquemáticas realizadas por pronomes introdutores de referentes: os pronomes não retomam elementos precedentes, mas introduzem novos objetos-de-discurso ancorados em elementos prévios que aparecem no discurso.

(18) Estamos pescando há mais de duas horas e nada, porque eles não mordem a isca. (ibidem, 2005, p. 67)

O pronome de terceira pessoa “eles” não retoma nenhum termo que o antecede, mas a partir do elemento “pescando” ativa outro objeto que no caso seria “peixes”.

A partir do que foi exposto no capítulo I, é possível afirmar que a linguagem é um meio de interação de onde emergem as práticas sócio interacionais e, de acordo com Marcuschi (2007, p. 68), “a linguagem é uma atividade constitutiva e não uma forma de representar a realidade; mais que um *retrato*, a língua é um *trato* da realidade”. Sendo a referenciação uma atividade discursiva que possibilita o indivíduo construir a realidade, mantê-la e alterá-la pela forma como ele interage sociocognitivamente com o mundo, podemos dizer que os objetos-de-discurso não representam a realidade, mas são construídos e reconstruídos – a partir do ponto de vista do interlocutor – por meio da referenciação, assim o papel das anáforas é preponderante para a construção de sentido do texto, visto que os anafóricos não são apenas elementos que dão conta da coesão textual, mas também são importantes para a construção da coerência.

CAPÍTULO II

2 A CRÔNICA

O que se propõe, neste capítulo, é construir, por meio de uma perspectiva historiográfica, a gênese e o desenvolvimento da crônica: um tipo de texto que se configura pela estrutura da narrativa, inscrita, num primeiro momento, como documento oficial da história portuguesa, já que relata as representações das famílias nobres e do povo lusitano.

2.1 Crônica Medieval

Ao compreender o texto como unidade de sentido, selecionou-se o gênero textual crônica para constituir o *corpus* deste trabalho e, dentre as várias crônicas escritas na Idade Média, escolheram-se duas de autoria de Fernão Lopes – cronista que, segundo Rodrigues et al (1994), se distinguiu de seus contemporâneos pela busca da imparcialidade e pelo trabalho de pesquisa. Os outros cronistas idealizavam os feitos da nobreza que os patrocinava; baseavam na tradição oral, que colhida em fontes diferentes, resultava num relato muitas vezes incongruente quando não fantasioso. Lopes, ao contrário, aproxima-se do modelo da historiografia moderna e, dentre outras características, suas obras se destacam por basearem-se em investigação e pesquisa de fatos e documentos; construiu um relato objetivo e sem partidarismo; valorizou as massas populares, considerando-as atores da história e, além de fatos políticos, escreveu com igual importância sobre fatores econômicos que impulsionaram os fatores históricos.

Para delimitar o *corpus* da pesquisa foram escolhidas duas crônicas que relatam fatos ocorridos entre D. Pedro e Inês de Castro, que se encontram inscritos nas *Crônicas de D. Pedro*. As análises dos textos têm como intuito verificar a

importância do processo de referenciação para a compreensão do texto.

A crônica, originalmente, designa um tipo de texto que, de natureza narrativa, oriunda da historiografia, desenvolveu-se com aspectos próprios em Portugal, no período histórico denominado Idade Média.

Segundo Saraiva e Lopes (s/d), a historiografia, pelo fato de ter-se destacado na Península Ibérica, justifica-se uma vez que, nessa região, as questões relacionadas ao resgate e à preservação das informações e conhecimentos produzidos no passado foram mais valorizadas do que no restante do continente europeu. Os autores acrescentam que, na França, por exemplo, desenvolveu-se outro tipo de narrativa, aquela do tipo memorialista.

Nesse período em estudo, a produção livresca se desenvolvia nos mosteiros e nos conventos, casas religiosas, onde se encontravam as bibliotecas mais importantes e também as pessoas mais “letradas” da época. Segundo França (2006), essa atividade, ainda que reservada como objeto sagrado aos círculos sagrados, também, “extrapolava os limites da igreja e era constituído, sobretudo pelas trovas e por alguns livros de maior envergadura, como os livros de linhagens e as crônicas”.

Conforme afirmam Goulart e Silva (1975), a hagiografia – escrita desenvolvida nos mosteiros com a finalidade de relatar a vida dos santos – é o fundamento e a fundação da prosa que se desenvolveu na Península Ibérica, mais especificamente dos livros de linhagem e dos cronicões.

Os livros de linhagem produzidos com o propósito de preservar as origens dos nobres, funcionavam, então, como um documento onde se comprovava a origem nobre de uma família, de um indivíduo. Consoante Moisés (1977, p. 37), “os livros de linhagens, eram relações de nomes, especialmente de fidalgos, com o fito de estabelecer graus de parentesco que serviam para diminuir dúvidas sobre o caso de herança, filiação ou de casamento em pecado.” No início esses livros tinham o objetivo único de levantar a relação de parentesco, porém muda-se esse objetivo, pois passam a narrar histórias sobre a vida dos nobres, acentuando o caráter

literário. Essa mudança ocorre pelo fato de as crônicas deixarem de ser escritas nos mosteiros e passarem para o poder laico, com isso, as crônicas passaram a ter uma carga política. É a partir dos últimos livros de linhagens, no final do século XIV, que tinham o intuito não só genealógico, mas também um cunho histórico, graças à iniciativa do conde de Barcelos em inscrever os feitos do reino, que surgem os crônicas ou crônicas.

Os crônicas ou crônicas surgem com a nomeação de Fernão Lopes para guarda-mor da Torre do Tombo e impulsionaram o início de uma nova era na prosa portuguesa. Portugal vivia sob o comando da dinastia de Avis, iniciada no reinado de D. João I, em 1385, realizando a aliança entre a burguesia e a coroa portuguesa, fato que proporcionou condições políticas favoráveis à expansão comercial e marítima. Houve, portanto, uma centralização política, acumulação de capitais e um forte grupo mercantilista aliado aos interesses reais. Com a centralização do poder nas mãos do rei, a Igreja entra em decadência e o papel dela em inscrever os feitos do reino passa para o guarda-mor da Torre do Tombo. A nomeação de Fernão Lopes para o cargo de guarda-mor e a atividade de escrever sobre a vida dos reis deve-se ao fato de o governo monárquico querer reconstruir o passado com o fim de justificar o presente.

Moisés (1977) afirma ser a dinastia de Avis um período de transformações importantes na história de Portugal. Nessa época, quem reinava era D. João I, rei culto, determinado e empreendedor, que incentivou o desenvolvimento da literatura.

De acordo com França (2006, p. 49),

A história dos livros, segundo D. João I, teve início quando os homens se aperceberam de que os saberes morriam com aqueles que os detinham e que, por isso, era preciso criar um instrumento para preservá-los[...]

Nesse sentido, o livro era um instrumento de suma importância, pois carregava os saberes vivenciados e experienciados pelo homem. Logo, o livro seria uma tecnologia capaz de preservar os saberes construídos ao longo da história e permitir que as gerações futuras tivessem acesso a esses saberes.

O reinado por D. João I coincide com uma época marcada por confrontos

teocêntricos e antropocêntricos. Desses confrontos resultam um homem preocupado com a sua condição social, construtor, construtor de sua própria cultura. No entanto, resquícios teocêntricos ainda se mantêm presentes, orientando práticas e costumes dos homens. À medida que os conceitos antropocêntricos vão substituindo aqueles relacionados ao teocentrismo, emerge o Humanismo, um movimento cultural que se orientou por meio do estudo e da imitação das obras clássicas.

Durante a dinastia de Avis, sob o reinado de D. João I, o livro, conforme assinalado anteriormente, passa a ser visto como lugar dos saberes, no entanto, a circulação desses saberes ficava restrita à classe religiosa e, sendo assim, somente um número reduzido de pessoas tinham acesso à biblioteca. Esses privilegiados eram os reis, príncipes e nobres ricos.

Com essa abertura, os saberes registrados nos livros começam a ser propagados, desperta preocupação da classe dominante e impulsiona “um estudo oficial no reino, a valorização dos *saberes* e, essa menos abrangente, o estímulo ao cultivo da *sabedoria* entre os homens da nobreza”. (FRANÇA, 2006, p. 53).

A produção de livros, feita até então exclusivamente pelos conventos, passou a ser feita também por corporações de escribas e livreiros. Assim, os príncipes começaram a organizar suas próprias bibliotecas com algumas obras de autoria deles mesmos.

Saraiva e Lopes (s/d) afirmam que, na dinastia de Avis, houve um grande interesse pelos problemas teóricos e doutrinários, religiosos, políticos, morais e psicológicos. Esses interesses são encontrados na prosa, no “Livro de Montaria”, de autoria de D. João I, o que confirma sua preocupação com a questão literária. Além desse livro, temos as obras de D. Duarte, “Ensinança de bem cavalgar toda sela” e “Leal Conselheiro”, de D. Pedro, “Virtuosa Benfeitoria” e nas traduções de Cícero, Sêneca, Vegécio e Egídio Romano, feitas por D. Pedro.

Essas obras, além de caracterizarem uma nova etapa na literatura, também caracterizam uma nova fase da língua, pois são escritas em língua portuguesa, apesar da dificuldade de ajustar a língua às expressões das idéias e das discussões

abstratas, já que apesar de a língua falada ser o português, os textos eram escritos em latim. Além disso, elas tinham o objetivo de ensinar, contribuindo para a formação intelectual e moral dos leitores, estabelecendo padrões valorativos aos princípios vigentes na época.

Conforme França (2006), se, para os letrados, os livros tinham como objetivo atingir o intelecto, para os dirigentes, serviam como modelo de ação e conduta, tomando como base os grandes governantes, podendo, com isso dar continuidade ao trabalho por eles iniciado e aprendendo a governar a si.

A historiografia (história das origens dos nobres), que antes era a cargo dos religiosos, torna-se uma política oficial do poder laico, ganhando uma nova força e autonomia, deixando, assim de depender de iniciativas isoladas e eclesiásticas.

A partir da imanente preocupação com os saberes, surge a necessidade de manter vivo o passado. Como o poder laico toma frente à produção livresca, D. João I constituiu um encarregado para escrever sobre a vida dos reis de Portugal. A história oficial de Portugal passaria a ser resgatada, organizada e documentada.

Segundo França (2006, p. 106), “o incentivo à revisão do passado ou à motivação para fazê-lo sustentou-se em geral sobre bases não muito flexíveis, que variavam em torno de dois eixos principais: a preservação e a glorificação da memória e a educação das gerações sucessoras”.

Assim como os textos de ensinamento e os documentos administrativos e judiciais, as crônicas, no fim da Idade Média, têm como meta a ordenação do presente. Essa organização do presente baseia-se na (re)construção do passado, que teve como função estruturar o presente e influenciar o futuro.

França (2006, p. 141) afirma que:

No que diz respeito às crônicas, a relação entre passado, presente e futuro dá-se em duas direções. Por um lado a visão do passado ali construída é contaminada pelo ou inspirada no presente daquele que escreve, resultando em parte, numa espécie de projeção desse presente. Por outro lado, o passado construído em função das aspirações e necessidades do presente permite aos cronistas fornecerem lições de conduta aos nobres. Em uma palavra, o passado é modelado a partir do presente e ao mesmo tempo é escrito no sentido de sugerir os contornos ideais do futuro.

A crônica, sendo então um documento oficial histórico que retoma os fatos ocorridos no passado, tem como fundamento o registro daquilo que está submetido ao tempo. O cronista da Idade Média Zurara, sucessor de Fernão Lopes, retoma o conceito de crônica na sua etimologia. Para ele,

...**Chronica** principalmente ouve seu origem, e fundamento de Saturno, que quer dizer **Tempo**, esto porque em Grego se chama este Planeta **Chrono** ou **Chronos**, que significa Tempo, assy como no Latim este nome quer dizer **Tempus**, e d'hy se deriva Chronica, que quer dizer Istorica, em que se escepvem os feitos temporaes. Chama-se este Planeta no Latim **Saturnus**, cuja verdadeira interpretação, quer dizer casy Saturannis, a saber, comrido, ou cheio d'annos.

Como se pode observar, a concepção de Zurara sobre a palavra crônica está intimamente ligada ao tempo. A crônica poderia ser, então, definida como um documento histórico, pois tem como fundamento o registro de algo ocorrido no tempo.

O fazer histórico para os cronistas possuía um viés político, uma documentação, a meta de tornar imortais os feitos anteriores e o cunho pedagógico. Tais escritores, contratados pelo poder laico, modificaram a maneira de fazer história, pois era dada primazia à questão política. Percebe-se que a crônica não tem somente o objetivo de narrar sobre a vida dos reis, mas desenvolver uma história documentada do reino, vinculando valores de uma parcela da sociedade medieval, a dos dirigentes, dos senhores e dos letrados.

Fernão Lopes foi o primeiro cronista oficial do reino de Portugal. Depois dele, o cronista oficial da corte passou a ser Gomes Eanes Zurara, cujo estilo difere completamente de seu antecessor. As obras de Zurara não retratam a sociedade, mas somente a vida dos reis e da corte e mantêm uma preocupação em agradá-los. A linguagem presente em seus textos é bem mais erudita.

O sucessor de Zurara foi Rui de Pina. Suas obras são questionáveis quanto à honestidade de seus relatos, porém de grande valia dado aos relatos da sociedade portuguesa e pelo grau de eruditismo presente. (Cf. MOISÉS, 1977).

Conforme França (2006, p. 140),

os três primeiros cronistas-mores portugueses, profissionais da história a serviço da Coroa, mais do que ordenar um conjunto disperso de fontes apenas para sistematizar e preservar o passado, foram antes responsáveis por construí-lo e legitimá-lo.

2.2 Fernão Lopes: O Cronista

Não se sabe a data exata do nascimento e da morte de Fernão Lopes (~1378 – 1459?); sabe-se que ele era tabelião e trabalhou para a família real e para a corte e que posteriormente foi escrivão de D. Duarte. Em 1418 lhe foi confiada à guarda das escrituras do Tombo, lugar onde estavam os principais documentos do reino de Portugal. Sua função era transcrever os documentos reais, porém dada a sua eficiência junto as suas funções, foi nomeado pelo Rei D. João I seu cronista-mor. É nesse período que começa sua carreira de cronista que juntamente com D. Duarte colaborava com a compilação e redação de uma crônica geral do reino. Exerceu sua profissão de cronista até 1449 e destacam-se em suas obras: Crônica de El-Rei D. Pedro, Crônica de El-Rei D. Fernando e Crônica de El-Rei D. João.

A missão de Fernão Lopes era a de relatar a vida dos reis de Portugal e os feitos de rei D. João I, a fim de preservar e documentar o passado. Os textos escritos por ele, no entanto, rompem com os estilos de crônicas escritos na Idade Média, que tinham como objetivo traçar o parentesco dos nobres.

Essa ruptura traz um novo tipo de crônica, uma em que a crítica se faz presente. Fernão Lopes não só relatou a vida dos reis, buscando relatos de testemunhas e documentações históricas autênticas, mas também fez observações pessoais. A obra de Fernão Lopes mostra a sociedade em seus dois pólos, ou seja, tanto a vida opulenta da corte e seus problemas quanto os problemas sociais do país. Fernão Lopes é considerado o maior cronista desse período e sua obra supera

a de seus sucessores.

Saraiva (1999, p. 25) afirma que:

O que há de mais notável em Fernão Lopes e que o torna inconfundível entre todos os cronistas da Idade Média é a humanidade que lhe permite imanar-se com o povo e discernir, muito mais que os feitos dos reis e cavaleiros, todo processo da revolução que alterou nos séculos XIV e XV a sociedade portuguesa.

A visão da sociedade como um todo permite ao cronista relativizar as diferenças entre os dois grupos – nobres e o povo – dentro de uma realidade específica. Na crônica do primeiro guarda-mor, “os heróis não nos aparecem como causas dos acontecimentos, mas como participantes, às vezes involuntários, dos acontecimentos”. (SARAIVA, 1999, p. 25)

De acordo com Calafate (site),

Fernão Lopes não foi certamente um filósofo, mas sim um cronista genial dos acontecimentos que levaram a Geração de Avis ao poder. Em todo o caso, nas páginas das suas crônicas encontramos momentos decisivos de afirmação do pensamento político português dos finais da idade média, com especial relevo para a tese da soberania inicial do povo, já anteriormente expressa pelo Infante D. Pedro, a par da tônica comum no fundamento ético e na finalidade espiritual do poder temporal.

Nas crônicas de Fernão Lopes, o povo ganha um grande destaque, sendo o herói da resistência. Essa preocupação mostra a história sob dois pontos de vistas diferentes dos grupos sociais em questão. O ponto de vista criado a partir dos fatos relatados sobre a nobreza e o outro ponto de vista elaborado a partir dos fatos narrados sobre o povo lusitano. A preocupação do cronista era descrever a realidade da época assim como os fatos se passaram. Essa preocupação é intencional, já que o cronista tinha uma estreita relação com o poder político, assim a identificação dos fatos presente tinha uma nítida posição política em relação ao passado. No trecho abaixo é possível notar como o cronista destaca a participação popular nos acontecimentos políticos.

...Vasco Rodrigues estava num grande e formoso cavalo; e quando viu que já ali havia bastante gente para ir bem acompanhado, meteram-lhe a bandeira na mão à porta da igreja. Ele, logo que a teve, deu um brado dizendo:

-Arraial, arraial, pela rainha D. Beatriz, rainha de Portugal, nossa senhora! Os outros que deveriam responder todos em altas vozes, repetindo as mesmas palavras, como é costume, calaram-se todos. [...]

- E vós outros não dizeis nada? Dizei, dizei: arraial pela rainha D. Beatriz! [...]

Mas falou uma velha, em alta voz, e disse:

- Em má hora seria essa! Mas arraial pelo infante D. João que é legítimo herdeiro deste reino, e não pela rainha de Castela! Como? Em má hora havemos de ficar sujeitos a Castelhanos? Nunca Deus queira!²

Fernão Lopes tinha o intuito de “seguir no encalço da verdade, antes de mais, o historiador deveria ter clara e nítida uma distinção essencial: fazer história era o oposto a fazer fábula, pois aquela é fundada na verdade, enquanto esta tem o seu fundamento na invenção”. (FRANÇA, 2006, p. 120) Percebe-se essa preocupação com a verdade em uma passagem da crônica de D. Pedro I, quando ele diz:

...mas falamos d'aquelles amores que se contam e lêem nas historias, que seu fundamento teem sobre verdade.

Um fator importante nas crônicas deste autor refere-se às questões da origem e do fundamento do poder temporal, ou seja, o poder pertencia aos homens e não a Deus, tendo como base desse a justiça. Podemos encontrar uma alusão sobre poder/justiça no prólogo das *Crônicas de D. Pedro*.

E porquanto el-rei Dom Pedro, cujo reinado se segue, usou da justiça, de que a Deus mais praz que cousa boa que o rei possa fazer, segundo os santos escrevem, e alguns desejam saber que virtude é esta, e pois é necessária ao rei, se o é assim ao povo: vós, n'aquelle estilo que o simplesmente apanhámos, o podeis lêr por esta maneira.

Segundo a bibliografia consultada, coube a Fernão Lopes resgatar e registrar a história de D. Pedro I e Inês de Castro, uma grande história de amor que povoa a história de Portugal e, também, em “Os Lusíadas” de Camões, outro importante nome das letras lusitanas.

² Trecho retirado da crônica de Fernão Lopes, intitulada: *COMO EM SANTARÉM LEVANTARA O PENDÃO PELA RAINHA D. BEATRIZ E DO QUE AÍ ACONTECEU NESSE DIA*. In: CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. Panorama da Literatura Portuguesa. São Paulo: Atual, 1997.

Inês, segundo dados pesquisados, foi uma das aias de D. Constança, esposa do rei infante D. Pedro I, e por quem o rei se apaixonou. Essa relação, no entanto, rompiam com os padrões morais e sociais da época e, por isso, tornou-se um escândalo para o reino e, mesmo após a morte de D. Constança, a nobreza não aceitou essa relação temendo uma influência espanhola sobre a coroa de Portugal, já que D. Inês era filha de um poderoso nobre espanhol.

D. Afonso IV, que em nenhum momento aceitou o romance do filho com Inês, aproveitou-se de uma empreitada estratégica e enviou D. Pedro para uma missão, evitando, deste modo, que os dois continuassem o romance proibido. No entanto, a distância não foi suficiente para separá-los e, não encontram alternativas para impedir o relacionamento, D. Afonso sentenciou a morte de Inês. Inconsolado com a perda, D. Pedro mandou erguer um monumento no mosteiro de Alcobaça, onde depositou os restos mortais da amada, tornando-a rainha de Portugal, ainda que morta.

Na Crônica de D. Pedro, o autor atribui um valor positivo ao reinado deste rei, afirmando que foi uma época de prosperidade, segundo o povo lusitano, assim afirma em uma de suas crônicas *E diziam as gentes, que taes dez annos nunca houve em Portugal, como estes que reinára el-rei Dom Pedro*. Porém, tem valor negativo a narrativa do romance entre o rei de Portugal e D. Inês, levantando dúvidas sobre o casamento dos dois. Dessa maneira, França (2006, p. 133) afirma que

...Fernão Lopes, diante de opiniões contraditórias sobre esse casamento, por não ter meios ou vontade de determinar *se foi assi ou nom*, deixa a escolha ao encargo do leitor e com isso abre a brecha que servirá de base para o questionamento jurídico do direito à sucessão no trono dos filhos desse casal. Essa preparação é complementada com a construção negativa da imagem de D. Fernando na crônica seguinte.

Fernão Lopes foi muito importante em sua época, não só por solidificar o gênero “prosa” na literatura portuguesa, como também por ampliar a capacidade de expressão da língua portuguesa. Percebe-se, então, que ele influenciou o campo literário, abrindo caminho para grandes obras que viriam posteriormente.

A importância desse cronista para a literatura portuguesa nos levou a selecionar duas de suas crônicas para serem analisadas sob o ponto de vista da Linguística Textual.

CAPÍTULO III

3 ANÁLISE DO CORPUS

A partir do *corpus* selecionado serão feitas as análises dos processos anafóricos – diretos e indiretos – a fim de verificar como o processo de referência se constrói em crônicas historiográficas. Com base nessas análises é que buscaremos observar o papel dos anafóricos para a (re)construção dos objetos de discurso e deste para o sentido do texto.

3.1 Texto 1

Chronica do senhor rei D. Pedro I oitavo rei de Portugal
**CAPITULO XLIV* _Como foi trasladada Dona Ignez para o mosteiro de*
Alcobaça, e da morte d'el-rei Dom Pedro.

1 Porque semelhante amor, qual el-rei Dom Pedro houve a
 Dona Ignez, raramente é achado em alguma pessoa, porém
 disseram os antigos que nenhum é tão verdadeiramente achado,
 como aquelle cuja morte não tira da memoria o grande espaço do
 5 tempo. E se algum disser que muitos foram já, que tanto e mais
 que elle amaram, assim como Adriana, e Dido, e outras que não
 nomeamos, segundo se lê em suas epistolas, responde-se que não
 falamos em amores compostos, os quaes alguns autores abastados
 de eloquencia, e florescentes em bem ditar, ordenaram segundo
 10 lhes prouue, dizendo em nome de taes pessoas razões que nunca
 nenhuma d'ellas cuidou; mas falamos d'aquelles amores que se
 contam e lêem nas historias, que seu fundamento teem sobre
 verdade.

Esse verdadeiro amor houve el-rei Dom Pedro a Dona Ignez,
15 como se d'ella namorou sendo casado e ainda infante, de guisa
que, pero d'ella no começo perdesse vista e fala, sendo
alongado, como ouvistes, que é o principal azo de se perder o
amor, nunca cessava de lhe enviar recados, como em seu logar
tendes ouvido. Quanto depois trabalhou pela haver, e o que fez
20 por sua morte, e quaes justiças n'aquelles que em ella foram
culpados, indo contra seu juramento, bem é testemunho do que
nós dizemos.

E sendo lembrado de lhe honrar seus ossos, pois lhe já
mais fazer não podia, mandou fazer um moimento de alva pedra,
25 todo mui subtilmente obrado, pondo elevada sobre a campa de
cima a imagem d'ella, com corôa na cabeça, como se fôra
rainha. E este moimento mandou pôr no mosteiro de Alcobça,
não á entrada, onde jazem os reis, mas dentro na igreja, á mão
direita, a cerca da capella-mór.

E fez trazer o seu corpo do mosteiro de Santa Clara de
30 Coimbra, onde jazia, o mais honradamente que se fazer pode, cá
ella vinha em umas andas, muito bem corrigidas para tal tempo,
as quaes traziam grandes cavalleiros, acompanhadas de grandes
fidalgos, e muita outra gente, e donas, e donzellas e muita
35 clerezia.

Pelo caminho estavam muitos homens com cirios nas mãos,
de tal guisa ordenados, que sempre o seu corpo foi, por todo o
caminho, por entre cirios accesos; e assim chegaram até ao
dito mosteiro, que eram d'alli dezeseite leguas, onde com
40 muitas missas e grão solemnidade foi posto seu corpo n'aquelle
moimento. E foi esta a mais honrada trasladação que até
áquelle tempo em Portugal fôra vista.

Semelhavelmente mandou el-rei fazer outro tal moimento, e
tambem obrado, para si, e fêl-o pôr a cerca do seu d'ella,
45 para quando acontecesse de morrer o deitarem n'elle.

E estando el-rei em Estremoz, adoeceu de sua postremeira dôr, e jazendo doente, lembrou-se como, depois da morte de Alvaro Gonçãlves e Pero Coelho, elle fôra certo que Diogo Lopes Pacheco não fôra em culpa da morte de Dona Iñez, e
50 perdoou-lhe todo queixume que d'elle havia, e mandou que lhe entregassem todos seus bens: e assim o fez depois el-rei Dom Fernando, seu filho, que lh'os mandou entregar todos, e lhe alçou a sentença, que el-rei seu padre contra elle passára, quanto com direito pode.

55 E mandou el-rei em seu testamento, que lhe tivessem em cada um anno, para sempre, no dito mosteiro, seis capellães que cantassem por elle cada dia uma missa officiada, e sairem sobre ella com cruz e agua benta. E el-rei Dom Fernando, seu filho, por se isto melhor cumprir, e se cantarem as ditas
60 missas, deu depois ao dito mosteiro, em doação por sempre, o logar que chamam as Paredes, termo de Leiria, com todas as rendas e senhorio que n'elle havia.

E deixou el-rei Dom Pedro, em seu testamento, certos legados, a saber: á infante Dona Beatriz, sua filha, para
65 casamento, cem mil libras; e ao infante Dom João, seu filho, vinte mil libras; e ao infante Dom Diniz, outras vinte mil; e assim a outras pessoas.

E morreu el-rei Dom Pedro uma segunda-feira de madrugada, dezoito dias de janeiro da era de mil e quatrocentos e cinco
70 annos, havendo dez annos e sete mezes e vinte dias, que reinava, e quarenta e sete annos e nove mezes e oito dias de sua idade. E mandou-se levar áquelle mosteiro que dissemos, e lançar em seu moimento, que está junto com o de Dona Iñez. E porquanto o infante Dom Fernando, seu primogenito filho, não
75 era então ahi, foi el-rei detido e não levado logo, até que o infante veio; e á quarta-feira foi posto no moimento. E diziam as gentes, que taes dez annos nunca houve em Portugal, como estes que reinára el-rei Dom Pedro.

A crônica, objeto desta análise, narra o traslado do corpo de Inês de Castro para o mosteiro de Alcobaças.

Como atividade discursiva, a referenciação constitui um importante recurso para a compreensão do texto, uma vez que é na interação comunicativa que os objetos-de-discurso são construídos no modelo textual, seguido de um contexto sociocognitivo, permitindo que os interlocutores construam sentido ao texto. Desta forma serão analisadas as anáforas diretas e indiretas que fazem parte do processo de referenciação.

A narrativa começa com a introdução do referente *amor*. Tal referente é importante para a construção da progressão textual, já que é a partir desse sentimento que acontece toda a tragédia que resultou na morte de Inês. O primeiro parágrafo evidencia o imenso amor que D. Pedro I sentia por Inês de Castro e sugere que amor, assim, é raramente sentido por alguém; logo, e tão difícil de ser encontrado e, que sendo assim, nem o tempo consegue apagá-lo da memória do povo lusitano.

Temos na primeira linha do primeiro parágrafo uma anáfora direta.

*Porque semelhante amor, **qual** el-rei Dom Pedro houve a Dona Ignez...*

O pronome relativo *qual* retoma o referente *amor*.

Na linha 3 do primeiro parágrafo, o pronome indefinido *nenhum* retoma o referente *amor*. O elemento anafórico *nenhum* constitui uma elipse. Essa passagem revela a subjetividade do autor, pois a expressão *nenhum* indica que não é qualquer amor, mas o amor verdadeiro, real entre D. Pedro e Inês de Castro.

*...porém disseram os antigos que **nenhum** é tão verdadeiramente achado...*

Ainda no primeiro parágrafo, linha 4, o elemento anafórico é um

demonstrativo. Tal demonstrativo constitui uma anáfora direta.

...como **aquelle** cuja morte não tira da memória o grande espaço do tempo.

O demonstrativo *aquelle* retoma o referente *amor* expresso na primeira linha do parágrafo em questão. O elemento *aquelle* retoma o amor verdadeiro entre D. Pedro e Inês, um amor que não houve outro igual.

O pronome relativo *cuja* retoma o referente *amor*. Essa retomada é por anáfora direta. O uso do pronome relativo faz progredir a narrativa e enfatiza que, apesar da morte de Inês, o tempo não consegue apagar o amor que o Rei sente por ela, ou seja, mesmo depois de morta, D. Pedro continua amando-a.

...como *aquelle* **cuja** morte não tira da memória o grande espaço do tempo.

Fernão Lopes para afirmar a veracidade de seu relato, em função de seu cargo como cronista-mor da Torre do Tombo, declara, no primeiro parágrafo, que a história de amor que vai ser narrada não se compara aos amores escritos por literatos, portanto, o amor de que ele fala tem fundamento na verdade dos fatos. Isso revela ao leitor uma preocupação do cronista com a verdade.

Na linha 5 do parágrafo em questão, há uma elipse, porém há uma pluralização do referente. O autor usa esse recurso para comparar o amor de Dom Pedro e Inês com outros.

E se algum disser que muitos Ø foram já...

O autor nessa passagem revela-nos que, na história da humanidade, já houve vários casos de amor além dos de D. Pedro e D. Inês.

Na linha 8 há uma anáfora direta.

*...responde-se que não falamos em **amores compostos**...*

A expressão *amores compostos* retoma a expressão *que muitos foram já* (l. 5); essa retomada se dá pela substituição por sinonímia, ou seja, *muitos Ø foram já* quer dizer a mesma coisa que *amores compostos*.³ Essa expressão permite compreender que o cronista não está falando de qualquer amor, mas do amor entre o príncipe e Inês de Castro.

O pronome relativo *os quaes*, linha 8, faz retomada do referente por anáfora direta.

...os quaes alguns autores abastados de eloqüência, e florescentes em bem ditar, ordenaram segundo lhes prouve, dizendo em nome de taes pessoas razões que nunca nenhuma d'ellas cuidou...

O relativo *os quaes* retoma o referente *amores compostos*. Essa retomada serve para informar ao leitor que muitos autores escreveram sobre “grandes amores”, porém amores irrealis. Fernão Lopes deixa claro que tem como objetivo falar de um amor que aconteceu de verdade, enfatizando, assim, a veracidade dos sentimentos amorosos entre D. Pedro e Inês.

Como foi dito, anteriormente, o primeiro parágrafo progride a partir do referente amor. A progressão se faz com a retomada por reiteração do referente

³ A expressão **amores compostos** quer dizer: vários amores; muitos amores.

Dom Pedro e Dona Ignez expressos no título da crônica.

*...qual el-rei **Dom Pedro** houve a **Dona Ignez**...*

Observa-se que o substantivo *Dona Ignez* foi retomado na linha 1 do texto pela repetição do mesmo item lexical. Assim, sabemos que o referente retoma Inês de Castro, o grande amor da vida do príncipe, amor que não era bem visto pela corte e pelo povo português. Para a retomada do referente no título da crônica, o leitor precisa acionar o conhecimento de mundo acerca do assunto tratado. Essa retomada se dá por anáfora indireta, já que no texto há pistas sobre Inês de Castro.

*Como foi trasladada **Dona Ignez** para o mosteiro de Alcobaça...*

Na linha 6 do primeiro parágrafo o pronome *elle* retoma por anáfora direta o referente *Dom Pedro* expresso na primeira linha.

*...que tanto e mais que **elle** amaram...*

O segundo parágrafo retoma o amor que o infante sentia por Inês de Castro e relata quando esse sentimento teve origem, além de apontar para a justificativa das coisas que ele fez após a morte de sua amada Inês.

No segundo parágrafo, linha 14 há uma recategorização:

***Esse verdadeiro amor** houve El-rei Dom Pedro por Dona Ignez...*

O termo *Esse verdadeiro amor* recategoriza *d'aquelles amores que se contam e lêem nas histórias, que seu fundamento teem sobre verdade*.

Na linha 14, tanto *el-rei Dom Pedro* quanto *Dona Ignez* retomam itens que já foram expressos no texto. Essa retomada se dá pela repetição do mesmo item lexical. Tem-se, portanto anáfora direta nas duas retomadas.

*Esse verdadeiro amor houve **el-rei Dom Pedro** por **Dona Ignez**...*

O texto progride e a cada retomada do referente uma nova informação é dada. O termo *d'ella* refere-se a Inês, sendo introduzida a informação de que D. Pedro I se apaixonou por ela sendo casado e ainda infante, o que mostra para o leitor a infidelidade do príncipe. A retomada se faz por anáfora direta, pela substituição de uma pro-forma⁴ (*d'ella*) substituindo o termo *Dona Ignez*.

*...como se **d'ella** namorou sendo casado e ainda infante...*

Na linha 15, há a supressão do elemento anafórico. Há, portanto, uma elipse nominal.

*...como se **d'ella** ∅ namorou sendo casado e ainda infante...*

O pronome *d'ella* é usado novamente pelo processo da substituição, em que as pro-formas substituem os termos já expressos no texto. O pronome é usado, pois continua a narrativa afirmando ser tão intenso o amor que D. Pedro I sente por Inês que o infante se “perde e fica cego de tanto amor”. Tem-se, portanto uma anáfora direta.

*...de guisa que, pero **d'ella** no começo perdesse vista e fala...*

⁴ As pro-formas são elementos gramaticais representantes de uma categoria, podendo ser elas pronominais, verbais, adverbiais, numerais e podem exercer função de pro-sintagma, pro-constituente ou pro-oração.

Na décima sexta linha há a supressão de um elemento, no caso um pronome, esse pronome retoma D. Pedro I. Essa supressão constitui uma elipse pronominal.

...pero d'ella no começo Ø perdesse vista e fala...

Nas linhas 20 e 21, nota-se a supressão de dois pronomes, sendo que eles ancoram no mesmo referente: *D. Pedro*. Há, portanto uma elipse. O príncipe, após a morte de sua amada, não mediu esforços para honrá-la.

Quanto tempo depois Ø trabalhou pela haver, e o que Ø fez por sua morte...

O pronome oblíquo *lhe* se refere à amada de D. Pedro I, o anafórico retoma o referente *Dona Ignez* (l. 14), a quem o príncipe mandava as cartas apaixonadas. O pronome *lhe* retoma o referente por anáfora direta.

*...que é o principal azo de se perder o amor, nunca cessava de **lhe** enviar recados, como em seu logar tendes ouvido...*

O pronome possessivo *sua* é anafórico, retomando o referente *Dona Ignez*. Essa retomada se dá por anáfora direta.

*...Quanto depois trabalhou pela haver, e o que fez por **sua** morte...*

Na vigésima linha, o demonstrativo retoma um referente que não está presente no co-texto, o leitor necessita ativar seus conhecimentos acerca do assunto para saber a que se refere.

*...e quaes justiças **n'aquelles** em que em ella foram culpados...*

O demonstrativo *n'aquelles* retoma por anáfora indireta os assassinos da morte de Inês de Castro. Nessa passagem, para a construção do sentido do texto é necessário que o leitor saiba que Inês de Castro foi brutalmente assassinada a mando do rei D. Afonso, pai de D. Pedro. O autor relata a morte de Inês, não poupando a imagem do rei D. Afonso que cometeu tal atrocidade.

O período progride informando que o príncipe fez justiça à morte de seu grande amor. O pronome *em ella*, portanto retoma “sua morte”, ou seja, a morte de Inês de Castro. Essa retomada é por anáfora direta.

*...e quaes justiças n'aquelles que **em ella** foram culpados...*

Segundo a bibliografia analisada para a elaboração desta análise, Inês de Castro foi exilada em Coimbra, por D. Afonso e, após sua morte, enterrada no Mosteiro de Santa Clara; só depois da morte de D. Afonso é que o então rei, D. Pedro, manda levar os seus restos mortais para o mosteiro de Alcobaça. Para homenageá-la depois de morta, o rei mandou construir um túmulo em mármore para depositar o corpo e, logo em seguida, mandou construir outro para que fosse depositado seu corpo, ao lado da mulher que deveras amou.

Para o entendimento do texto, é necessário que o leitor ative seus conhecimentos acerca dos costumes da Idade Média. Nessa época, apenas reis, rainhas e nobres eram sepultados nos mosteiros. Como as missas não eram diárias, as pessoas abastadas deixavam uma soma satisfatória para o mosteiro ou para a Igreja para que fossem celebradas missas em intenção de suas almas.

O terceiro parágrafo faz referência aos restos mortais de Inês e o que D. Pedro I fez com eles para homenagear a amada. O pronome *lhe* e o possessivo *seus*, linha 23, referem-se à Inês de Castro. Tem-se, nas duas retomadas, anáfora

direta.

*E sendo lembrado de **lhe** honrar **seus** ossos...*

Na linha 23, há uma anáfora indireta, já que o elemento anafórico é ancorado em modelos cognitivos globais, organizados e estruturados na memória do interlocutor.

*E sendo lembrado de *lhe* honrar seus **ossos**...*

O termo ossos não reativa um referente prévio, mas ancorado no item lexical morte (l. 20) como um esquema cognitivo em que estão vários elementos possíveis de ativação.

D. Pedro I manda fazer um monumento para homenagear seu grande amor e, em cima de tal monumento, coloca a imagem dela com uma coroa em sua cabeça, como se ela fosse a legítima rainha. O pronome *d'ella* refere-se a imagem de Inês de Castro, constituindo uma anáfora direta.

*...mandou fazer um moimento de alva pedra, todo mui subtilmente obrado, pondo elevada sobre a campa de cima a imagem **d'ella**...*

Na linha 27, há uma anáfora indireta, já que o termo *rainha* não reativa um referente prévio, mas ancorado no item lexical coroa como um esquema cognitivo.

*...com corôa na cabeça, como se fora **rainha**...*

A elipse pronominal (ela) nos remete ao referente Inês. Nessa passagem, o autor deixa claro que para D. Pedro a verdadeira rainha era ela.

...com corôa na cabeça, como se Ø fôra rainha...

Na linha 27, o referente é retomado pela repetição do nome, havendo apenas a troca do artigo indefinido *um* pelo demonstrativo *este*, portanto, *um moimento* é inteiramente retomado pelo anafórico *este moimento*, constituindo uma anáfora direta.

*...mandou fazer **um moimento** de alva pedra, todo mui subtilmente obrado, pondo elevada sobre a campa de cima a imagem d'ella, com corôa na cabeça, como se fora rainha.*

*E **este moimento** mandou por no mosteiro de Alcobaça...*

O corpo de Inês foi levado, então, para o de Alcobaças com todas as honras. O pronome possessivo *seu* nos remete ao corpo de Inês, morta a mando do rei de Portugal, D. Afonso IV. A anáfora é direta.

*E fez trazer o **seu corpo** do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, onde jazia, o mais honradamente que se fazer pode...*

Na linha 30 há uma anáfora indireta. A palavra *corpo* não reativa um elemento anterior, mas ancora no item lexical *morte* (l. 20).

*E fez trazer o seu **corpo** do mosteiro de Santa Clara de Coimbra...*

Há uma elipse nominal na linha 31. A supressão do nome ancora *corpo*.

...onde Ø jazia...

O pronome *ella* retoma o referente Inês por anáfora direta para relatar o quão honrosa foi o traslado dos restos mortais da dama para o mosteiro de Alcobaças, pois estavam presentes cavaleiros, fidalgos e pessoas do clero.

*...cá **ella** vinha em umas andas, muito bem corrigidas para tal tempo, as quaes traziam grandes cavalleiros, acompanhadas de grandes fidalgos, e muita outra gente, e donas, e donzellas e muita clerezia...*

No quarto parágrafo, o leitor por meio de pistas lexicais, constrói o referente; essa construção é feita por meio de modelos mentais. A anáfora é associativa.

*...cá *ella* vinha em umas **andas**, muito bem corrigidas para tal tempo, as quaes traziam **grandes cavalleiros**, acompanhadas de **grandes fidalgos**, e **muita outra gente**, e **donas**, e **donzellas** e **muita clerezia**...*

Os termos *andas*⁵, *grandes cavalleiros*, *grandes fidalgos*, *muita outra gente*, *donas*, *donzellas*⁶ e *muita clerezia* permitem ao leitor fazer a associação com um cortejo fúnebre de uma pessoa muito importante.

No quinto parágrafo, há a introdução de um novo referente – o cortejo fúnebre –, porém o referente D. Inês é mantido. Nessa época, os cortejos fúnebres garantiam um bom destino e a salvação da alma passou a fazer parte do cerimonial fúnebre, revestindo-o de um caráter emocional e extremamente solene, tornando os rituais verdadeiros espetáculos públicos. Além disso, acreditava-se que o quanto maior o número de acompanhantes no cortejo fúnebre, mais rápida seria a salvação

⁵ O termo *andas* significa uma espécie de cama antiga sobre varaes.

⁶ A palavra *donzella* quer dizer aia, mulher solteira; virgem.

da alma.

Esse parágrafo afirma ser o traslado de Dona Inês o mais honroso já visto em Portugal. O corpo foi levado em meio a grandes velas acesas.

Os dois pronomes possessivos *seu* que aparecem no parágrafo em questão retomam o referente por anáfora direta.

*Pelo caminho estavam muitos homens com cirios nas mãos, de tal guisa ordenados, que sempre o **seu** corpo foi, por todo o caminho, por entre cirios accesos; e assim chegaram até ao dito mosteiro, que eram d'alli dezesete leguas, onde com muitas missas e grão solemnidade foi posto **seu** corpo n'aquelle moimento. E foi esta a mais honrada trasladação que até áquelle tempo em Portugal fôra vista...*

O termo *corpo* retoma por anáfora direta o referente *corpo* (l. 30). Essa retomada é feita pela repetição do mesmo item lexical.

*...que sempre o seu **corpo** foi, por todo o caminho...*

*...e grão solemnidade foi posto seu **corpo**...*

Na linha 38, o termo *cirios accesos* retoma por anáfora direta o elemento *cirios* presente na linha 36.

*... por entre **cirios accesos**...*

Na linha 38, há a supressão pronominal, constituindo uma elipse.

...assim \emptyset chegaram até ao dito mosteiro...

Essa substituição por zero (\emptyset) retoma *grandes cavalleiros, grandes fidalgos, e muita outra gente, e donas, e donzellas e muita clerezia* (ls. 33,34 e 35)

Na oração, a expressão *dito mosteiro* retoma o referente *mosteiro de Alcobaça*, presente na linha 23. Essa retomada se dá por anáfora direta.

*...assim chegaram até ao **dito mosteiro**...*

O pronome relativo *onde*, linha 39, retoma por anáfora direta o referente *mosteiro de Alcobaças*.

*...**onde** com muitas missas e grão solemnidade...*

Na linha 40, o termo *seu corpo* retoma por anáfora direta o referente *seu corpo*, há a repetição do mesmo item lexical.

*...e grão solemnidade foi posto **seu corpo**...*

O termo *n'aquelle moimento* encapsula toda a descrição que o autor faz do monumento no terceiro parágrafo: *...um moimento de alva pedra, todo mui subtilmente obrado, pondo elevada sobre a campa de cima a imagem d'ella, com coroa na cabeça...*

*...foi posto seu corpo **n'aquelle moimento**...*

Na linha 41, há uma anáfora encapsuladora.

*E foi **esta** a mais honrada trasladação...*

O demonstrativo *esta* encapsula todo o ritual do traslado descrito no quarto e quinto parágrafos.

A narrativa prossegue no sexto parágrafo, porém o referente – cortejo fúnebre – é desfocalizado e o referente D. Pedro é retomado. Esse parágrafo narra o fato de D. Pedro I ter ordenado que erguessem outro monumento posto em frente ao de Inês, que seria destinado a ele, a fim de que, quando chegasse o dia do juízo final, os dois pudessem se reencontrar. Na Idade Média, havia uma excessiva preocupação com a morte e a salvação da alma e, acreditava-se que todas as almas se reencontrariam no dia do juízo final.

O termo *el-rei*, linha 43, retoma por anáfora direta o referente *el-rei Dom Pedro*, presente na linha 1.

*Semelhavelmente mandou **el-rei** fazer outro tal moimento...*

A expressão *outro tal moimento* retoma por comparação o monumento que D. Pedro mandou fazer para Inês de Castro. O referente novo é introduzido ancorado em um referente prévio, constituindo uma anáfora indireta.

*...**outro tal moimento**, e *tambem* obrado...*

O termo *tambem*, na linha 44, permite interpretar que o rei D. Pedro mandou fazer um monumento tão “obrado” para ele quanto o de sua amada Inês de Castro. A retomada é feita por elipse.

*...fazer outro tal moimento, e **também** obrado...*

O pronome reflexivo *si* retoma por anáfora direta o referente *el-rei Dom Pedro*.

*...fazer outro tal moimento, e também obrado, para **si**...*

O pronome *o*, linha 44, retoma por anáfora direta o referente *outro tal moimento*.

*...e fêl-**o** pôr a cerca do seu d'ella...*

O pronome *d'ella* retoma por anáfora direta *o monumento de Inês*.

*Semelhavelmente mandou el-rei fazer outro tal moimento, e tambem obrado, para si, e fêl-o pôr a cerca do seu **d'ella**, para quando acontecesse de morrer o deitarem n'elle...*

Na linha 45, há a supressão nominal, constituindo, assim, uma elipse.

...para quando acontecesse de \emptyset morrer...

Nessa oração o pronome foi substituído por zero – (\emptyset) elipse – retomando *el-rei Dom Pedro*.

O pronome *o* retoma por anáfora direta o referente *el-rei Dom Pedro*.

*...para quando acontecesse de morrer **o** deitarem...*

O termo *n'elle* retoma por anáfora direta o antecedente *outro tal moimento*.

...para quando acontecesse de morrer o deitarem n'elle...

O sétimo parágrafo trata da morte de D. Pedro I e do perdão dado a Diogo Lopes Pacheco por achar que ele não era, verdadeiramente, culpado pela morte de seu grande amor. O conhecimento prévio do leitor se faz necessário nessa passagem, pois ele precisa saber que foram três os assassinos de Inês de Castro e que D. Pedro I mandou matá-los de forma cruel e, como Diego Lopes escapou, este foi o único dos três que conseguiu sobreviver. O rei, antes de sua morte, fica sabendo que Diego Lopes não fora culpado pelo assassinato de sua amada, logo o perdoa.

O anafórico *el-rei* retoma o antecedente *Dom Pedro*, essa retomada se dá por anáfora direta.

E estando el-rei em Estremoz...

A expressão *postremeira*⁷ *dôr* refere-se à morte de Inês de Castro, essa retomada não está ancorada em um referente explícito, mas em elementos de relação que são decisivos para a interpretação. O anafórico em questão ancora em: *Como aquelle cuja morte não tira da memoria o grande espaço do tempo; Esse verdadeiro amor; quanto depois trabalhou pela haver, e o que fez por sua morte, e quaes justiças n'aquelles que em ella foram culpados*, entre outros elementos.

O pronome reflexivo *se* retoma o referente *el-rei Dom Pedro* por anáfora direta.

⁷ Postremeira é um termo arcaico que significa extrema.

...jazendo doente, lembrou-se...

Na linha 48, o anafórico *elle* retoma por anáfora direta o antecedente *el-rei Dom Pedro*.

*...depois da morte de Alvaro Gonçalves e Pero Coelho, **elle** fôra certo...*

O referente *Dona Ignez* é retomado por reiteração, o que constitui uma anáfora direta..

*...elle fôra certo que Diogo Lopes Pacheco⁸ não fôra em culpa da morte de **Dona Ignez**, e perdoou-lhe todo queixume que d'elle havia...*

No sétimo parágrafo, há a introdução de um novo referente – *el-rei Dom Fernando* – esse referente é recategorizado.

*...a assim o fez depois **el-rei Dom Fernando, seu filho**...*

O referente novo foi categorizado como rei e, em seguida, é recategorizado como filho de Dom Pedro. O termo *seu filho* retoma o referente por anáfora direta.

Na linha 53, o referente *el-rei Dom Pedro* foi recategorizado e retomado por anáfora direta.

⁸ Diego Lopes Pacheco, Alvaro Gonçalves e Pero Coelho são referentes novos, porém não existe no co-texto um referente explícito ou um elemento de relação em que eles possam ser ancorados. Serão analisados, aqui, somente os referentes presentes na linearidade do texto, descartando os que são construídos na alinearidade do modelo textual.

*...que **el-rei seu padre** contra elle passára...*

Nessa passagem o rei foi recategorizado como o rei pai de Dom Fernando.

No oitavo parágrafo, linha 43, os anafóricos *el-rei* e *seu* retomam o antecedente *el-rei Dom Pedro* por anáfora direta.

*E mandou **el-rei** em **seu** testamento...*

O termo *lhe*, presente na linha 55, retoma o referente *el-rei Dom Pedro* por anáfora direta.

*...que **lhe** tivessem a cada um anno...*

Na linha 56, o termo *dito mosteiro* retoma por anáfora direta o referente *mosteiro de Alcobaça*, expresso na linha 27.

*...para sempre, no **dito mosteiro**...*

O pronome anafórico *elle* retoma o antecedente *el-rei Dom Pedro* por anáfora direta.

*...seis capellães que cantassem por **elle** cada dia...*

Na linha 57, é inserido um novo referente – *missa oficiada* –, ancorado em *dito mosteiro*, não sendo ele um referente explícito, mas, semanticamente, passível

de interpretação, constituindo uma anáfora indireta.

*...seis capellães que cantassem por elle cada dia uma **missa oficiada**...*

O pronome *ella* retoma por anáfora direta o referente *missa oficiada*.

...e saírem sobre ella com cruz e agua benta...

A reiteração do termo *el-rei Dom Fernando, seu filho* caracteriza uma anáfora direta, pois retoma o referente *el-rei Dom Fernando, seu filho*, presente na linha 53.

*...depois **el-rei Dom Fernando, seu filho**, por se isto melhor cumprir...*

O termo *ditas missas* retoma por sinonímia *missas oficiadas*, essa retomada caracteriza uma anáfora direta.

*...e se cantarem as **ditas missas**...*

A expressão *dito mosteiro*, na linha 60, retoma por anáfora direta *mosteiro de Alcobaça*, linha 21.

*...deu depois ao **dito mosteiro**...*

No nono parágrafo, *el-rei Dom Pedro* retoma o referente *el-rei Dom Pedro*, linha 1, por reiteração, constituindo uma anáfora direta.

E deixou el-rei Dom Pedro...

O pronome possessivo *seu* retoma por anáfora direta o antecedente *el-rei Dom Pedro*.

*E deixou el-rei Dom Pedro, em **seu** testamento...*

Nas linhas 64, 65, 66 e 67 são introduzidos novos referentes, por anáfora associativa, já que por meio do termo *testamento* o leitor explora as relações meronímicas, ou seja, o *testamento* serve para dividir os bens entre os filhos e outros, dependendo da vontade do dono do *testamento*.

*...em seu testamento, certos legados, a saber: á **infante Dona Beatriz, sua filha**, para casamento, cem mil libras; e ao **infante Dom João, seu filho**, vinte mil libras; e ao **infante Dom Diniz**, outras vinte mil; e assim a **outras pessoas**.*

No décimo parágrafo, linha 68, o anafórico *el-rei Dom Pedro* retoma por anáfora direta *el-rei Dom Pedro*, havendo a repetição do nome.

*E morreu **el-rei Dom Pedro** um segunda-feira...*

Na linha 71 há uma elipse pronominal, substituindo por zero o termo *el-rei Dom Pedro*.

...havendo dez annos e sete mezes e vinte dias, que Ø reinava...

O pronome possessivo *seu* retoma por anáfora direta o antecedente *el-rei Dom Pedro*.

*...e quarenta e sete annos e nove mezes e oito dias de **sua** idade...*

O termo *áquelle mosteiro* retoma por anáfora direta o antecedente *mosteiro de Alcobaça*.

E mandou-se levar áquelle mosteiro...

Em seu moimento, linha 73, retoma por anáfora direta *outro tal moimento*, presente na linha 43.

...e lançar em seu moimento...

O pronome relativo *que* retoma por anáfora direta o antecedente *seu moimento*.

...e lançar em seu moimento, que está...

Na linha 73, o pronome *o* encapsula todo o terceiro parágrafo, já que o leitor recupera toda a descrição feita do monumento de Inês de Castro.

...que está junto com o de Dona Ignez.

Os fatos narrados no 8º e 9º parágrafos não fazem menção a Inês de Castro e somente, no último parágrafo, é que o referente Inês é retomado por anáfora direta. Fernão Lopes retoma Inês para relatar que os corpos dela e D. Pedro estão juntos no mosteiro de Alcobaça.

E mandou-se levar áquelle mosteiro que dissemos, e lançar em seu moimento, que está junto com o de Dona Ignez...

O sintagma nominal *o infante Dom Fernando* retoma o referente *el-rei Dom Fernando* por anáfora direta.

E porquanto o infante Dom Fernando...

Seu primogenito filho, linha 74, recategoriza o referente *el-rei Dom Fernando*. Essa retomada caracteriza uma anáfora direta.

*E porquanto o infante Dom Fernando, **seu primogenito filho**...*

El-rei, linha 75, retoma o antecedente *el-rei Dom Pedro* por anáfora direta.

*...foi **el-rei** detido e não levado logo...*

O item lexical *infante*, na linha 76, retoma por anáfora direta o antecedente *el-rei Dom Fernando*.

*...até que o **infante** veio...*

Na linha 76, o termo *no moimento* retoma por anáfora direta o referente *outro tal moimento*.

*...e à quarta-feira foi posto **no moimento**...*

Nas linhas 76 e 77, último parágrafo, o autor após narrar os fatos íntimos – que não foram bem vistos aos olhos da corte e do povo – da vida de D. Pedro I, afirma que ele teve um grande reinado. Isso mostra que o cronista, apesar de estar comprometido com a verdade dos fatos, possui uma estreita relação com o poder

político, já que era contratado pelo rei.

O sintagma nominal *el-rei Dom Pedro* retoma por anáfora direta o referente *el-rei Dom Pedro*, a repetição do mesmo item lexical é denominada reiteração.

*...como estes que reinára **el-rei Dom Pedro**.*

Na crônica em questão, Fernão Lopes dialoga com o leitor, o que permite uma maior aproximação entre os interlocutores. O autor ao dialogar tem a pretensão de que o leitor ative seus conhecimentos de mundo acerca do que vai ser falado, assim, o leitor contribui para a construção de sentido do texto.

*...sendo alongado, **como ouvistes**, que é o principal azo de se perder o amor...*

*...nunca cessava de lhe enviar recados, **como em seu logar tendes ouvido**.*

3.2 Texto 2

Chronica do senhor rei D. Pedro I oitavo rei de Portugal
***CAPITULO XXVII* _ Como el-rei Dom Pedro de Portugal disse por Dona Ignez que fora sua mulher recebida, e da maneira que em ello teve.**

- 1 Já tendes ouvido compridamente, onde falamos da morte de
 D. Ignez, a razão por que a el-rei Dom Affonso matou, e o
 grande desvairo que entre elle e este rei Dom Pedro, sendo
 então infante, houve por este aso. Ora, assim é, que emquanto
 5 Dona Ignez foi viva, nem depois da morte d'ella emquanto el-
 rei seu padre viveu, nem depois que elle reinou até este

' presente tempo, nunca el-rei Dom Pedro a nomeou por sua
mulher; antes dizem que muitas vezes lhe enviava el-rei Dom
Affonso perguntar se a recebera, e honral-a-ia como sua
10 mulher, e elle respondia sempre que a não recebera, nem o era.

E pousando el-rei, n'esta sessão, no logar de Cantanhede, no
mez de junho, havendo já uns quatro annos que reinava, tendo
ordenado de a publicar por mulher, estando ante elle Dom João
Affonso conde de Barcellos, seu mordomo-mór, e Vasco Martins
15 de Sousa, seu chanceller, e mestre Affonso das leis e João
Esteves, privados, e Martim Vasques, senhor de Goes, e Gonçalo
Mendes de Vasconcellos, e João Mendes, seu irmão, e Alvaro
Pereira, e Gonçalo Pereira, e Diego Gomes, e Vasco Gomes de
Abreu, e outros muitos que dizer não curamos, fez el-rei
20 chamar um tabellião, e presentes todos, jurou aos Evangelhos,
por elle corporalmente tangidos, que sendo elle infante,
vivendo ainda el-rei seu padre, que estando elle em Bragança,
podia haver uns sete annos, pouco mais ou menos, não se
accordando do dia e mez, que elle recebera por sua mulher
25 lidima, por palavras de presente, como manda a santa igreja,
Dona Iгнеz de Castro, filha que foi de D. Pedro Fernandez de
Castro, e que essa Dona Iгнеz recebera a elle por seu marido,
por semelhaveis palavras, e que depois do dito recebimento a
tivera sempre por sua mulher, até ao tempo de sua morte,
30 vivendo ambos de commum, e fazendo-se maridança qual deviam.

E disse então el-rei Dom Pedro, que porquanto este
recebimento não fôra exemplado nem claramente sabido a todos
os de seu senhorio, em vida do dito seu padre, por temor e
receio que d'elle havia, que porém elle, por descarregar sua
35 consciencia e dizer verdade, e não ser duvida a alguns, que do
dito recebimento tinham não boa suspeita se fôra assim ou não:
que elle dava de si fé e testemunho de verdade, que assim se
passara de feito como dito havia, e mandou áquelle tabellião,
que presente estava, que dêsse d'ello instrumentos a quaesquer
40 pessoas que lh'os requeressem. E por então não se fez mais.

O capítulo XXVII da crônica de Fernão Lopes narra como o Rei D. Pedro I recebeu Inês de Castro como sua esposa. Na primeira linha do primeiro parágrafo, o autor da crônica mantém um diálogo com o leitor, advertindo-o de que ele já conhece a razão pela qual o rei D. Afonso mandou assassinar Inês de Castro. O leitor, portanto, deve ativar seu conhecimento para o fato de que D. Afonso não queria o enlace entre seu filho D. Pedro I e a dama de companhia Inês de Castro por ela ser de família castelhana e, se um dia se tornasse rainha, haveria o perigo de por fim à independência portuguesa, ou seja, haveria a união entre o reino da Espanha e o reino de Portugal. Após a morte de D. Constança, esposa legítima de D. Pedro, o rei D. Afonso IV estava se sentindo ameaçado com o enlace entre seu filho e Inês de Castro, por isso, sempre indagava a D. Pedro se este havia contraído matrimônio.

O primeiro parágrafo relata que D. Pedro jamais confirmou seu casamento com Inês de Castro enquanto seu pai, D. Afonso, era vivo.

Na segunda linha é introduzido o referente *D. Ignez*. Esse referente é retomado na segunda linha por anáfora direta. O anafórico é o pronome *a*.

...por que a el-rei Dom Affonso matou...

O pronome *elle*, linha 3, retoma o antecedente *el-rei Dom Affonso*. Essa retomada constitui uma anáfora direta.

...e o grande desvario que entre elle...

Na linha 4, o referente *este rei Dom Pedro* é introduzido e recategorizado como *infante*. O termo *infante* retoma por anáfora direta o referente em questão.

...e o grande desvario que entre elle e este rei Dom Pedro, sendo então

infante...

Na linha 4, há o encapsulamento da oração: *por que a el-rei Dom Affonso matou. Este aso* retoma a descrição nominal dada anteriormente, caracterizando uma anáfora encapsuladora.

*...houve por **este aso**...*

O anafórico *Dona Ignez*, presente na linha 5, retoma o antecedente D. Ignez (l. 2) por anáfora direta.

*...emquanto **Dona Ignez** foi viva...*

O pronome *d'ella* retoma o referente *D. Ignez* por anáfora direta.

*...nem depois da morte **d'ella**...*

Na linha 6, o sintagma nominal *el-rei seu padre* recategoriza o referente *el-rei Dom Affonso*, constituindo uma anáfora direta. Assim, o referente deixa de ser apenas o rei D. Affonso e passa a ser o pai de D. Pedro.

*...emquanto **el-rei seu padre** viveu...*

O pronome *elle* (l. 6) retoma o antecedente *rei Dom Pedro* por anáfora direta.

*...nem depois que **elle** reinou até este presente tempo...*

O sintagma nominal *el-rei Dom Pedro* (l. 7) retoma o referente *rei Dom Pedro* por anáfora direta. Essa retomada ocorre por reiteração.

*...nunca **el-rei Dom Pedro** a nomeou...*

O pronome *a* (l. 7) retoma por anáfora direta o referente *D. Ignez*.

*...nunca el-rei Dom Pedro **a** nomeou...*

Nas linhas 7 e 8, o referente *D. Ignez* é recategorizado *por sua mulher*. Essa recategorização se dá por anáfora direta.

*...nunca el-rei Dom Pedro a nomeou **por sua mulher**...*

O pronome oblíquo *lhe* (l. 8) retoma por anáfora direta o antecedente *rei Dom Pedro*.

*...antes dizem que muitas vezes **lhe** enviava...*

O termo *el-rei Dom Affonso* retoma por anáfora direta *el-rei Dom Affonso*. A repetição do nome é denominada reiteração.

*...enviava **el-rei Dom Affonso** perguntar...*

Há a supressão do nome *D. Pedro* na oração que se segue, constituindo uma elipse. O pronome *a* retoma o antecedente *D. Ignez*. Essa retomada é por anáfora direta.

...perguntar Ø se a recebera...

Há a supressão do nome *D. Pedro* na oração abaixo, constituindo uma elipse. O pronome *a* e o termo *sua mulher* retomam o antecedente *D. Ignez*. Essas duas retomadas são por anáfora direta.

...e Ø honral-a-ia como sua mulher...

Na linha 10, o pronome *elle* retoma o referente *D. Pedro* e o pronome *a* retoma *D. Ignez como sua mulher*. Essas duas retomadas são por anáfora direta.

...e elle respondia sempre que a não recebera...

O pronome *o* retoma o antecedente *sua mulher*, constituindo uma anáfora direta.

...que a não recebera, nem o era...

O segundo parágrafo relata como *D. Pedro I* recebeu *Inês de Castro* como sua esposa e as pessoas que estavam presentes ao testemunho feito pelo então rei de Portugal *D. Pedro* sobre seu matrimônio. Houve um período na Idade Média que os casamentos não precisavam ser celebrados por um sacerdote, mas necessitavam ser um ato público. Para tanto, *D. Pedro*, por não ter nenhuma testemunha no dia do casamento, chama, depois de quatro anos em que reinava, algumas testemunhas e um tabelião para tornar pública sua união com a finada.

No início do parágrafo, há uma retomada por anáfora direta do referente *el-rei*

Dom Pedro, o anafórico é o termo *el-rei* que faz alusão ao referente em questão.

*E pousando **el-rei** n'esta sessão...*

Nas linhas 12 e 13 há a supressão do nome Dom Pedro, o que constitui uma elipse nominal. O pronome *a* e nos remete por anáfora direta ao referente D. Ignez. Já a expressão *publicar por mulher* ancora em *que fora sua mulher recebida*, no título da crônica.

*...tendo \emptyset ordenado de **a publicar por mulher**...*

O pronome *elle*, na linha 13, retoma o referente rei Dom Pedro por anáfora direta.

*...estando ante **elle** Dom João Afonso...*

No trecho que se segue temos a introdução de vários referentes novos e alguns são recategorizados a fim de o leitor possa identificá-los quanto as suas intitulações. Essas recategorizações se dão por anáfora direta.

*...estando ante **elle** Dom João Affonso conde de Barcellos, seu mordomo-mór, e Vasco Martins de Sousa, seu chancellor, e mestre Affonso das leis e João Esteves, privados, e Martim Vasques, senhor de Goes, e Gonçalo Mendes de Vasconcellos, e João Mendes, seu irmão...*

REFERENTES	RECATEGORIZAÇÕES
Dom João Affonso conde de Barcelos	seu mordomo-mór (o pronome possessivo <i>seu</i> retoma por anáfora direta o referente rei <i>Dom Pedro</i>)
Vasco Martins de Souza	seu chanceler (o pronome possessivo <i>seu</i> retoma por anáfora direta o referente rei <i>Dom Pedro</i>)
mestre Affonso das leis / João Esteves	privados
Martim Vasques	senhor de Goes
João Mendes	seu irmão (aqui o pronome possessivo <i>seu</i> retoma por anáfora direta o referente Mendes de Vasconcellos)

Na linha 19, o termo *el-rei* retoma por anáfora direta o antecedente *rei Dom Pedro*.

*...fez **el-rei** chamar um tabelião...*

O pronome indefinido *todos* encapsula a descrição feita anteriormente. Tal descrição refere-se à: *...ante elle Dom João Affonso conde de Barcellos, seu mordomo-mór, e Vasco Martins de Sousa, seu chanceler, e mestre Affonso das leis e João Esteves, privados, e Martim Vasques, senhor de Goes, e Gonçalo Mendes de Vasconcellos, e João Mendes, seu irmão, e Alvaro Pereira, e Gonçalo Pereira, e Diego Gomes, e Vasco Gomes de Abreu, e outros muitos que dizer não curamos...* Essa retomada é o que se denomina anáfora encapsuladora.

*...e presente **todos** jurou aos Evangelhos...*

O pronome *elle* retoma por anáfora direta o termo *rei Dom Pedro*.

...por **elle** corporalmente tangidos...

O termo *elle infante* retoma por anáfora direta *rei Dom Pedro*.

...que sendo **elle infante**...

Na linha 22, os anafóricos *el-rei seu padre* e *elle* retomam o referente *el-rei Dom Affonso* por anáfora direta.

...vivendo ainda **el-rei seu padre**, que estando **elle** em Bragança...

Nas linhas 24 e 25, o pronome anafórico *elle* retoma o referente *rei Dom Pedro* por anáfora direta. O termo *mulher lidima* recategoriza *D. Ignez* e a retoma por anáfora direta.

...que **elle** recebera por sua **mulher lidima**...

D. Ignez é retomado por anáfora direta, sendo o anafórico *Dona Ignez de Castro*. Há a reiteração por sinonímia do objeto-de-discurso. Esse mesmo objeto é recategorizado pelo substantivo *filha*, retomando por anáfora direta *D. Ignez*.

...**Dona Ignez de Castro, filha** que foi de *D. Pedro Fernandez de Castro*...

Na oração que se segue, retirada da linha 27, o referente é retomado pela repetição do nome, apenas com o acréscimo do demonstrativo *essa*, *D. Ignez* é inteiramente retomado pelo termo anafórico *essa Dona Ignez*, constituindo uma anáfora direta.

...e que **essa Dona Ignez** recebera a **elle**...

Na linha 27 tem-se uma recategorização do referente a partir do termo *elle por seu marido*. Esse termo retoma o antecedente *rei Dom Pedro* por anáfora direta.

...e que essa Dona Ignez recebera a **elle por seu marido**...

Na oração seguinte, linhas 28 e 29, *dito recebimento* retoma o referente *que fora sua mulher recebida*, presente no título da crônica. O pronome *a* e o termo *sua mulher* retomam *D. Ignez*. Todas as retomadas nessa oração se dão por anáfora direta.

...e que depois do **dito recebimento a** tivera sempre **por sua mulher**...

Na linha 29, *sua morte* retoma no termo *morte d'ella*, constituindo uma anáfora direta.

...até ao tempo de **sua morte**...

Como foi dito anteriormente, o rei D. Afonso IV não aceitava o enlace de D. Pedro e D. Inês por questões políticas, portanto, a preocupação de D. Pedro em manter sigilo sobre seu casamento, já que havia o receio de que algo pudesse ser feito contra seu grande amor. Assim, o terceiro parágrafo relata que a união entre D. Pedro I e Inês de Castro foi secreta.

O anafórico *el-rei Dom Pedro* retoma inteiramente o referente *rei Dom Pedro*. Essa retomada é feita pela reiteração do nome constituindo uma anáfora direta.

*E disse então **el-rei Dom Pedro**, que porquanto...*

Nas linhas 31 e 32, o termo *este recebimento* está ancorado em toda descrição feita no segundo parágrafo, o que constitui uma anáfora encapsuladora.

*...que porquanto **este recebimento** não fora exemplado nem claramente sabido...*

O pronome *possessivo* seu, na oração abaixo, retoma por anáfora direta o referente *rei Dom Pedro*.

*...que porquanto este recebimento não fora exemplado nem claramente sabido a todos os de **seu** senhorio...*

O anafórico *dito seu padre* retoma por anáfora direta o referente *el-rei Dom Affonso*, pai de Dom Pedro I.

*...em vida do **dito seu padre**...*

O pronome *d'elle* retoma por anáfora direta o antecedente *el-rei Dom Affonso*.

*...por temor e receio que **d'elle** havia...*

O pronome pessoal *elle* e o possessivo *sua* retomam o referente *rei Dom Pedro* por anáfora direta.

*...que porém **elle**, por descarregar **sua** consciência e dizer a verdade...*

O anafórico *dito recebimento* ancora na descrição do segundo parágrafo. Esse tipo de ancoragem constitui uma anáfora encapsuladora.

*...que o **dito recebimento** tinham não boas suspeitas...*

O pronome pessoal *elle* e o reflexivo *si* retomam por anáfora direta o referente *rei Dom Pedro*.

*...que **elle** não dava de **si** fé e testemunho de verdade...*

O anafórico *áquelle tabellião* e o pronome relativo *que* retomam o referente *um tabellião* presente na linha dezesseis.

...e mandou áquelle tabellião, que presente estava...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tivemos como objetivo analisar os processos anafóricos em crônicas de Fernão Lopes e refletir como se constrói o processo de referenciação nesse tipo de gênero textual. Com a finalidade de atingir esse objetivo, selecionamos duas crônicas escritas na Idade Média por Fernão Lopes.

Ao cumprir o objetivo a que se propõe, o trabalho – que aqui se conclui – pretende contribuir para que os interessados no modo de funcionamento do texto possam adquirir informações para a construção de sentido de textos históricos.

Considerando nossa intenção de analisar, a título de demonstração, os processos referenciais utilizados em crônicas de caráter historiográfico resultantes da (re)construção dos objetos de discurso, selecionamos, crônicas que tratam do romance de D. Pedro I e Inês de Castro. Desta maneira, verificamos como os objetos de discurso foram introduzidos e retomados no co-texto e como os processos de referenciação e a coerência auxiliam o leitor na construção do significado do texto.

Conforme os resultados obtidos pela análise, a anáfora direta, definida pela relação de correferencialidade que estabelece entre o anafórico e seu antecedente, ocorreu em maior quantidade dentre as anáforas analisadas. Entre essas anáforas, houve uma maior ocorrência das anáforas pronominais e das elipses; posteriormente, as nominalizações. Verificamos que tais recorrências deve-se ao fato de a crônica pertencer ao tipo narrativo.

As anáforas indiretas, que são aquelas em que os objetos de discurso se ancoram em elementos textuais, quase não foram utilizadas pelo autor.

Chegamos à conclusão de que as anáforas – diretas ou indiretas –, ao reativarem os objetos de discurso, mantendo o mesmo valor semântico entre o anafórico e seu antecedente ou, ao ancorarem em elementos textuais, preponderantes para a interpretação, com os quais se relacionam, colaboram para

que se construa um objeto discursivo situado em um momento histórico, a partir da percepção do autor, porém a coerência também auxilia, juntamente com o processo de referenciação, orientando o leitor na construção de sentido do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé Costa. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernanrdete Biasi e CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernanrdete Biasi e CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2001.

BLIKSTEIN, Isidoro. **Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 8. ed. São Paulo: UNICAMP, 2002.

CALAFATE, Pedro. **O pensamento político de Fernão Lopes**. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/m8.html>. Acesso em: 11/11/2009.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto: 2005.

_____. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não-ditas. Ainda não publicado. Texto cedido pela autora.

FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística Textual: Introdução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. Série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino, v. 9.

_____. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FERNÃO, Lopes. **Crônica do Senhor Rei Dom Pedro oitavo Rei destes regnos**. 2. ed. Porto: Livraria Civilização.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTI, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernandete Biasi e CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os Reinos dos Cronistas Medievais (século XV)**. São Paulo: Annablume. Brasília: Capes, 2006.

GOULART, Audemaro Taranto e SILVA, Oscar Vieira da. **Estudo dirigido de Literatura Portuguesa**. São Paulo, Editora do Brasil, 1975.

ILARI, Rodolfo. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto: 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto: 2005.

_____. **A coesão textual**. 12. ed. São Paulo: contexto, 1999.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Contexto: 2002.

_____. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto: 2005.

_____. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. 14. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernanrdete Biasi e CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Zélia Xavier. **Referenciação Anafórica**: um estudo de produções textuais no ensino fundamental. Natal, 2006. Dissertação de mestrado em Linguística Aplicada. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SARAIVA, Antônio José. **Iniciação à Literatura Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____; LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. 6. Edição, s/d.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)